

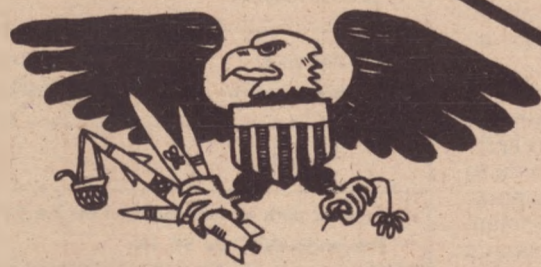
## Os efeitos do novo arrocho salarial

# Apenas este ano, mais de Cr\$ 1 trilhão para o bolso dos patrões

*Cálculos preliminares já estimam quanto os trabalhadores vão perder com a nova política salarial: mais de Cr\$ 60 bilhões por mês a partir da entrada em vigor do decreto lei já em fevereiro.*

*Uma perda que se elevará para mais de Cr\$ 100 bilhões por mês no próximo semestre quando se acumularem os efeitos de dois reajustes sob a nossa sistemática. O que somado dá a quantia de cerca de Cr\$ 1 trilhão a mais para os bolsos dos patrões apenas este ano.*

pag. 3



**Armamentos**

**O que está por trás da atual disputa  
entre a URSS e os EUA**

Págs. 14 e 15

**Movimento sindical prepara ofensiva  
contra a política de arrocho**

Págs. 8 e 9

A  
NOVA  
POLÍTICA  
SALARIAL

# Isto é um assalto

*Com a modificação na lei salarial, os patrões lucram cerca de 60 bilhões de cruzeiros. Uma verdadeira rasteira nos trabalhadores que ainda têm de ouvir declarações como a do presidente da Fiesp de que "a mudança não tem importância pois quem recebe até três salários-mínimos não pode comer mesmo, sem reajuste ou com a reajuste"*

Com a nova modificação na lei salarial, rebaixando os índices de reajuste, os patrões conseguiram deslocar cerca de 60 bilhões de cruzeiros por mês dos bolsos dos assalariados para os seus. E obtiveram uma vitória importante após um longo período de bombardeios e pressões sobre aquela que era um obstáculo institucional ao aprofundamento sem par do arrocho salarial.

A primeira versão da lei que institua os reajustes semestrais não resistiu aos primeiros meses de pressão do patronato (introduzida em outubro de 1979, ela seria modificada já em dezembro de 1980). Com esta primeira alteração, os que recebiam de 15 a 20 salários-mínimos deixavam de ter direito a reajustes de 80% INPC e passavam a tê-los de 50%, os que recebiam mais de 20 salários-mínimos deixavam de ter reajustes automáticos de 50% do INPC e ficavam ao sabor da negociação entre as partes em um momento de desemprego em que obviamente diminui a força de barganha dos assalariados. Apesar de incidirem sobre um número pequeno de pessoas, os ganhos do patronato com esta alteração não eram nada desprezíveis já que rebaixavam os índices de reajuste daqueles que recebiam cerca de 25% da massa de salários pagos.

Coube ao ministro do Planejamento, Delfim Neto, já em 1980, dar tom oficial à campanha contra a lei salarial recém aprovada e modificada. De acordo com ele, "houve uma transferência brutal do lucro em favor dos aumentos dos salários e isso, não tenho dúvida, vai fazer com que diminuam os investimentos futuros do país, acarretando falta de emprego, daqui a dois ou três anos." A nova lei salarial traz inflação e desemprego: estas vão ser as teclas batidas insistentemente pelos empresários e economistas conservadores, mesmo com dezenas e dezenas de artigos na imprensa provando por todos os modos que isto não acontecia.

A 13 de fevereiro de 1981, concluindo uma visita da missão do FMI, Horst Struckmeyer se afirmaria "preocupado com os efeitos inflacionários da nova lei", já dando a entender que a questão salarial era um dos pontos principais de negociação da dívida externa.

Em maio deste ano, a segunda vitória dos empresários. O governo reajusta o salário-mínimo em 100% e não em 110% do INPC como determina o texto da lei salarial. A medida, que se tornaria praxe no período seguinte, prejudica o conjunto dos assalariados já que o mínimo é padrão de medida de todos os salários.

A 14 de julho de 1981, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Luís Eulálio Vidigal, iria em visita oficial a Figueiredo propor a alteração da lei.

A 10 de outubro de 1981, o patronato da Confederação Nacional da Indústria e da FIESP unifica-se em torno da exigência da extinção dos 10% acima do INPC.

A 9 de dezembro deste ano, as quatro federações das indústrias dos estados mais ricos do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do

Sul) elaboram um documento propondo a aplicação do INPC só até os que recebem três salários-mínimos e a extinção dos 10% além do INPC no reajuste para os que ganham até esta faixa. As propostas de mudança da lei salarial alastram-se como reivindicação das associações patronais, dos banqueiros às federações do comércio.

O debate sobre a mudança na lei salarial ficaria ainda no centro da mesa durante todo o ano de 1982. E após novembro, com a ida ao FMI, a mudança torna-se líquida e certa. Na Carta de Intenções que prevê a política econômica do governo para os próximos anos, ela aparece sob o eufemismo "da implantação de uma política salarial destinada ao aumento do emprego".

#### A voracidade dos capitalistas

O ataque à lei salarial obedece à implacável lógica dos capitalistas de arrocharem os salários em um período recessivo, de obstáculos à expansão dos negócios. E só mesmo economistas com profunda profissão de fé no capital ou capitalistas com inclinação ao cinismo mais desavergonhado podem defender a tese de que os

10,5% do valor real dos seus salários em 1980.

De 271 empresas grandes e médias que tiveram seus balanços de 1981 analisados pelo DIEESE, 163 apresentaram um crescimento do faturamento superior ao crescimento dos custos. Ou seja, mais da metade das empresas aumentou o lucro bruto de maneira inflacionária.

Isso tem uma explicação lógica e fácil de ser compreendida. Os salários pagos aos que ganham até três salários-mínimos (e que, portanto, tinham um reajuste de 110% do INPC) significam apenas 30,4% da massa de salários pagos pelos patrões a todos os seus empregados. Assim, o que perdiam no reajuste para os que ganham até três mínimos (mesmo assim a perda questionável já que o INPC tradicionalmente é inferior ao que deveria ser para recompor as perdas com o aumento do custo de vida), é mais que recompensada pelos reajustes abaixo do INPC nas outras faixas salariais.

#### Nem as migalhas

Por sua vez, os assalariados já não ganhavam com a lei salarial e agora vão perder mais (muito mais) do que já per-

significa, na prática, que os salários são reajustados apenas quando se atinge cerca de 50% de elevação o custo de vida! Ora, no intervalo entre um reajuste e outro, o assalariado perde e perde muito. De acordo com cálculos do economista João Sabóia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, os assalariados perdem o equivalente a quase dois salários por ano com o atual reajuste semestral. É como se deixassem de receber durante dois meses do ano!

A segunda razão pela qual os assalariados perdem mesmo com a lei salarial em vigor diz respeito à rotatividade no emprego, estratégia usada pelos patrões nos períodos de reajuste. De acordo com os dados do Ministério do Trabalho para 1980, mais de metade da mão-de-obra mudou de emprego ao longo do ano. Isto é, cerca da metade dos trabalhadores não conseguem mais do que dois reajustes semestrais no mesmo emprego.

A terceira razão diz respeito aos valores do INPC, que servem de base aos reajustes, e que são sistematicamente inferiores ao patamar da inflação.

Faixa Salarial	Reajustes automáticos em relação ao INPC com o texto da lei modificada	Perda com a modificação da lei (INPC)	Perda média mensal ** por assalariado (Cr\$)	Número de assalariados	Perda média total (Cr\$)
Até 3 salários-mínimos	100%	10%	1.711,00	21.450.000	35.700.000.000,00
De 3 a 7 salários-mínimos	95%	5%	2.994,00	4.862.000	13.920.000.000,00
De 7 a 15 salários-mínimos	80%	20% *	5.988,00	858.000	5.015.000.000,00
De 15 a 20 salários-mínimos	50%	30%	9.410,00	572.000	5.088.000.000,00
Mais de 20 salários-mínimos	Sem reajuste automático				
<b>Total</b>					<b>60.223.000.000,00</b>

\* Apenas para os que ganham de 7 a 10 salários-mínimos já que os 10 a 15 anteriormente já recebiam 80% do INPC.  
 \*\* Prevendo INPC de 36,4%.  
 \*\*\* Valores aproximados calculados com base no número de empregados tabulado pelo IBGE (tabulações do censo demográfico de 1980).

reajustes automáticos previstos na lei salarial provocavam evasão da massa de lucros para a massa de salários.

De acordo com os dados divulgados pelo IBGE para o ano de 1980, a participação dos salários no valor global da produção industrial caiu 5,54% em relação a 1979, embora a produtividade do trabalho tenha crescido de 4,04%. De acordo com o Relatório Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho, os assalariados perderam em média

diam. Isso por várias razões.

A primeira diz respeito ao próprio reajuste semestral o qual em um período de inflação superior aos 80% ao ano é manifestamente insuficiente para defender o nível dos salários. Uma comparação ajuda a esclarecer.

Na Bélgica, por exemplo toda vez que o custo de vida apresenta uma elevação de 2,12 pontos os salários são corrigidos. No Brasil, o reajuste semestral com inflação de 100% ao ano

Assim, para os trabalhadores a alteração na lei salarial representa uma verdadeira rasteira nos seus salários já combalidos e insuficientes. E, no chão, ainda têm que aturar declarações como a de Luís Eulálio Vidigal, presidente da FIESP, de que "a mudança não tem importância pois quem ganha três salários mínimos mal pode comer, sem reajuste ou com reajuste." Enfim, uma rasteira e um escarro na cara da classe trabalhadora.

# Com a palavra, os trabalhadores

A lei salarial foi concebida pelo governo no momento de um dos mais vigorosos ciclos grevistas da história do movimento operário brasileiro, em 1979. O governo combinou a repressão dura às greves (foram inúmeros os trabalhadores mortos a tiros ou pancadas pela polícia), com o aperfeiçoamento da lei anti-greve. O decreto-lei 1632, de agosto de 1978, estabelece que "são de interesse da segurança nacional, dentre as atividades essenciais em que a greve é proibida pela Constituição, as relativas a serviços de água e esgoto, energia elétrica, petróleo, gás e outros combustíveis, bancos, transportes, comunicações, carga e descarga, hospitais, ambulatórios, maternidades, farmácias e drogarias, bem como assim as de indústrias definidas por decreto do presidente da República". Já o artigo 2º do decreto, considera igualmente de interesse da segurança nacional, os serviços públicos federais, estaduais e municipais além de ampliar o conceito de greve (passa a ser considerada greve qualquer "cessação de atividade ou diminuição de seu ritmo normal" por parte dos empregados).

A lei salarial, estabelecendo a sistemática dos reajustes semestrais, procurava paralelamente conter o ímpeto das reivindicações garantindo ajustamentos automáticos dos salários. Com um sentido aparentemente distributivo, pois garantia índices de reajustes maiores aos que recebiam menos, a lei salarial passaria a ser cantada em prosa e verso como a filha diletta da distensão, como demonstração da capacidade do governo e dos empresários absorverem parte das reivindicações operárias. Murilo Macedo, o ministro da intervenção militar no ABC, passou a ser chamado nos encontros dos pelegos "ministro da paz social".

Utilizando repressão e absorção parcial do interesse dos trabalhadores de não verem os seus salários depreciados pela inflação, contando ainda com os efeitos desmobilizadores da recessão e do desemprego, o governo assistiu de fato nos anos seguintes a uma redução dos movimentos grevistas. Um estudo do FIPE em São Paulo mostra para os anos de 1979, 1980 e 1981 uma tendência crescente ao aumento do número dos acordos coletivos e uma redução dos dissídios (1979: 223 acordos coletivos e 205 dissídios; 1980: 239 acordos e 124 dissídios; 1981: 381 acordos e 61 dissídios).

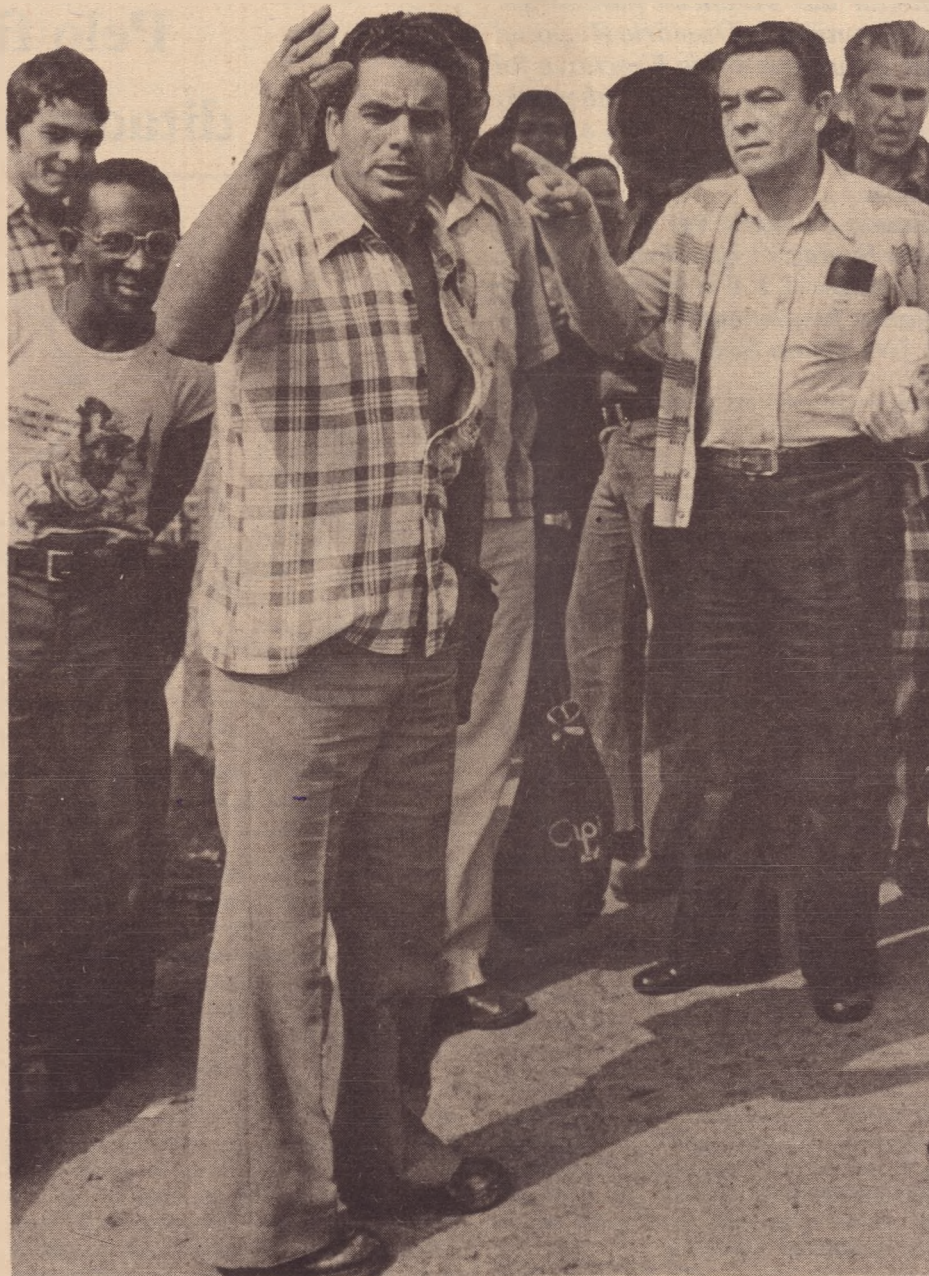
Se é certo que os trabalhadores nunca deixaram de lutar e as greves continuaram ocorrendo sempre, é verdade também que a lei salarial funcionou no período como um pára-choque (insuficiente, é verdade) dos conflitos entre trabalhadores e patrões. A mudança na lei deve provocar assim aumento das mobilizações, com repercussões no quadro político nacional.

## Os partidos à prova

Não contando com a maioria fácil no congresso para garantir a aprovação da modificação na lei salarial, o governo optou pelo decreto-lei presidencial. A grande vantagem para os governos e patrões é que, por esta via, o decreto-lei entra automaticamente em vigor.

O decreto-lei pode, ser derrubado caso a maioria dos parlamentares na Câmara e no Senado votam contra a sua aprovação. É na Câmara Federal, no entanto, onde o governo deve encontrar mais difi-

*Se os trabalhadores aceitarem esta derrota, estarão abrindo o flanco para novas investidas dos patrões, para novas derrotas.*



culdades já que o PDS sozinho não tem a maioria simples dos membros.

A ditadura conta, no entanto, com várias alternativas. Pode obter o apoio dos parlamentares do PTB, por exemplo, e garantir a aprovação do decreto-lei; pode barganhar com o PMDB e o PDT uma alternativa conciliatória caso a situação se complique mais. E, pode ainda, jogar com o tempo, adiar a discussão desta questão até maio ou junho, ganhar o período do recesso parlamentar em julho, e forçar a votação apenas no segundo semestre.

É óbvio que estas alternativas vão ser mais ou menos difíceis na medida da força que os trabalhadores demonstrarem em suas mobilizações. Fortes mobilizações tornariam mais difícil o apoio do PTB ao decreto-lei; dificultariam uma manobra conciliatória por parte do PMDB.

## O movimento sindical à prova

Os trabalhadores já têm a experiência de como derrubar leis de arrocho salarial. As greves de 78 e 79 significaram na prá-

tica a derrubada da lei do arrocho salarial implantada pela ditadura pós 1964.

Agora, o movimento sindical aprende também concretamente o significado político, o resultado de deixar os flancos à mostra das investidas do patronato. O adiamento da II Conclat em 1982 não teve outro significado senão este. Isto já era claro naquele período; torna-se irrefutável agora. E a aceitação de uma derrota agora expõe mais ainda os flancos para novas derrotas, para novas investidas dos patrões.

Pois está claro o programa econômico da ditadura para os anos que se seguem, prevendo uma combinação infernal de recessão e arrocho. Os salários estão sendo contidos ao mesmo tempo em que o governo absolve o sistema financeiro dos juros exorbitantes após dias e dias de negociação com os banqueiros e simplesmente em que não impõe qualquer controle à elevação dos preços dos produtos praticados incessantemente pelos empresários.

Entre a cabeça da classe operária brasileira e a guilhotina está apenas a sua capacidade de lutas.

## Editorial

### É decisivo derrotar este novo arrocho

*Numa simples penada o general Figueiredo põe em vigor imediatamente, já a partir de fevereiro, um duro golpe sobre os trabalhadores brasileiros, impondo-lhes um novo arrocho de mais de Cr\$ 60 bilhões mensais que, somados, poderão alcançar a astronômica cifra de cerca de Cr\$ trilhão, apenas este ano. É como se fosse, pelos valores que representa, um novo caso Delfin a cada mês sobre os ombros dos assalariados.*

*Uma demonstração mais que evidente, passada a euforia eleitoral, do caráter profundamente ditatorial do regime que ainda nos governa. Um simples gesto do general presidente é o bastante para operar uma brusta mudança agravando ainda mais o quadro de super concentração da renda nacional nas mãos de uns poucos.*

*A ilusão criada assim em torno das vitórias peemedebistas e pedetista em vários estados, cantadas como sinal de novos tempos de diálogo e conciliação, de entrada numa nova era onde o passado ditatorial ficava para trás, começa a se desfazer para milhões de brasileiros.*

*Para o movimento sindical a hora é de grandes responsabilidades e desafios. Como também para o Partido dos Trabalhadores, não apenas por seu conteúdo de classe, profundamente atingido pelo novo arrocho, como sobretudo por ter agora neste momento uma oportunidade de desdobramento prático de sua pregação durante a campanha eleitoral contra a inutilidade do "voto útil" na oposição burguesa.*

*Milhões de brasileiros começam a se voltar em busca de uma alternativa para fazer face às investidas do governo e dos patrões sobre seus mínguaos rendimentos. E, concretamente, os passos já dados e acenados pela direção do movimento sindical nacional são ainda bastante tímidos se comparados com a fúria ditatorial com que o regime pretende impor seus planos de austeridade.*

*Pelo lado do Partido dos Trabalhadores a situação não é muito diferente. O balanço e perspectivas lançado recentemente pela direção nacional do partido não acena senão com vagas medidas na luta contra o arrocho. E isto, quando o que a situação está a exigir é uma ampla e massiva mobilização nacional contra o arrocho e a ditadura apontando na perspectiva da greve geral e articulada com uma ofensiva sobre o parlamento para barrar o quanto antes decreto lei do governo.*

*Para o Partido dos Trabalhadores, ficar omissos nesta conjuntura é quase que decretar a sua falência. Depois dos parcos resultados eleitorais de 82, somente uma profunda inserção do partido nas lutas populares, combinada com uma retomada destas num patamar superior, somente esta mudança na situação do partido e do movimento de massas é que poderá preparar o PT para o teste da legalização em 86.*

*Um movimento de massas derrotado, impotente e desmoralizado é presa fácil para as propostas de pacto social sempre presentes, como será também sinal de um futuro extremamente incerto e difícil para o PT.*

*Esta, a dimensão da conjuntura que se avizinha e nos desafia. É hora do PT sair do imobilismo prá luta.*

O DOCUMENTO  
DA EXECUTIVA  
NACIONAL  
SOBRE O  
PROCESSO  
ELEITORAL

# Uma autocrítica

Por Raul

A última edição do Jornal dos Trabalhadores traz um longo documento intitulado "A direção do PT faz a autocrítica" da Comissão Executiva Nacional do PT abrindo o debate sobre a participação do partido nas eleições de 82. O documento conclama à discussão aprofundada do balanço e perspectivas do PT e neste sentido já começa a ser referenciado em vários debates no interior das instâncias partidárias. Foi o caso, por exemplo entre outros, da reunião do Diretório Regional gaúcho no último fim de semana, onde o documento da Executiva foi debatido e criticado por várias militantes. Raul Pont, vice-presidente do PT gaúcho e candidato a senador apresentou inclusive um extenso documento na reunião, sob o título "Aonde Vamos", contrapondo-se em vários aspectos ao texto da Executiva.

A importância deste debate aprofundado é a nosso ver fundamental para que o PT possa superar muitas das limitações que vem vivendo e que se evidenciam agora no processo eleitoral. E é neste sentido que divulgamos aqui um apanhado dos pontos fundamentais da crítica do candidato ao senado pelo PT do Rio Grande do Sul.

## 1) Balanço das eleições

Passado o processo eleitoral é importante que qualquer avaliação dessa experiência já contenha elementos que apontem os rumos do partido para o próximo período. O texto de avaliação da Executiva Nacional — em circulação dentro do partido — vai nesse sentido e em torno dele pretendemos efetuar algumas considerações. Consideramos que a análise da Executiva Nacional apona uma série de elementos corretos na avaliação do processo, no que tange aos problemas que enfrentamos e as condições adversas. Falha, no entanto, ao não precisar e localizar comportamentos que foram prejudiciais ao desempenho do PT, do tipo: "um exemplo disso está no doutrinário característico de muitas de nossas campanhas estaduais e de muitos de nossos candidatos, tanto a deputado quanto a governador e a senador"; ou "mitos outros transformaram as eleições em momento de mera agitação de slogans, contra os patrões, contra a ditadura ..."; ou "para uma parte dos nossos companheiros, a campanha eleitoral não foi uma campanha do PT, visando à construção do PT, mas uma campanha para atender aos objetivos eleitorais deste ou daquele companheiro, deste ou daquele grupo ou tendência".

Essas afirmações, se não são localiza-

das, justificadas e apontados seus responsáveis não devem ser feitas pois ficam no vazio a espera de alguém que "vista a carapuça", nem contribuem para avançar uma discussão política no interior do PT. Outro reparo: apresentar SP como um exemplo de campanha unitária e coletiva é, no mínimo risível. Na reunião de Brasília (DN e candidatos majoritários) foi quase unânime a crítica ao relato do Comitê Eleitoral de SP e que a campanha comprovou. Pode-se até reabrir uma discussão sobre as orientações da campanha unitária aprovadas em Convenção Nacional mas jamais apresentar a campanha de SP como um exemplo das diretivas partidárias. SP foi seguramente o estado em que a campanha do PT foi mais individualizada e a Executiva Nacional não pode escamotear essa questão.

Essa, entretanto, são questões menores na análise da Executiva Nacional. Nosso objetivo é levantar outras insuficiências (...) que não apenas estão presentes no documento da Executiva mas que comprometem nossa ação na nova conjuntura que se abre em 1983 (...)

Vejam, pois, quais os problemas que achamos insuficientes ou simplesmente não tratados na avaliação da Executiva Nacional:

## 2) O caráter do PT. Que partido estamos construindo?

Para o próximo período precisamos de um partido que se construa não apenas organizando os trabalhos e contribuindo para fortalecer os movimentos autônomos (sindicatos, associações, clubes, etc...) mas que se proponha a ser dirigente, isto é, um partido que tome a iniciativa das lutas, que seja um interventor nos problemas sociais, sem esperar que estes afluem espontaneamente.

O PT não pode ser "uma expressão dos movimentos sociais" ou um partido que "represente os movimentos sociais" em seus ascensos e descensos. Um partido só se constrói na luta, na ação cotidiana junto aos movimentos das massas trazendo sua orientação, sua visão dos fatos e dos problemas.

Dar conseqüência à defesa do PT como partido e não como uma "frente de correntes de esquerda", dar conseqüência à defesa do PT de "uma só camiseta" é construí-lo para que tenha **unidade de ação**, que aja coletivamente e centralizadamente nas lutas sociais (...) Sem isso, continuaremos sendo uma federação de correntes, de grupos, o que for, mas não seremos um partido por mais que apelemos para o "PT de uma só camiseta".

Esta concepção de partido é fundamental para avançarmos no próximo período onde forças muito mais centrifugas estarão envolvendo o PT. Infelizmente, isso não aparece nas avaliações da Executiva Nacional.

Sem liberdade a vida  
não vai mudar  
Pelo fim da  
ditadura militar



## 3) Quem é o nosso inimigo prioritário e imediato? O regime militar acabou?

Ao apresentar perspectivas de lutas para o próximo período o texto da E.N. aponta para um conjunto de lutas reivindicatórias concretas (desemprego, atrelamento sindical, recessão, custo de vida, FMI, LSN) afirmando que: "são estas as lutas do PT daqui para a frente".

O centro da atividade política numa sociedade é o estado, ele é o instrumento de dominação de uma classe sobre outra. Ali se define a política econômica econômica, as leis, enfim, o exercício do poder. Um partido político objetiva o poder, sem isso não é um partido. Evidentemente, não basta para objetivar o poder dizer que lutamos "por um governo dos trabalhadores". Precisamos traduzir isso para cada momento, cada conjuntura que é definida por uma certa relação de forças, pela existência de crises ou não, etc... Mas, algo é inevitável: não podemos nunca deixar de apontar a questão do estado, caracterizando-o, de que lado ele se encontra, o que fazer com ele, seja esse estado uma ditadura, uma democracia burguesa clássica ou um regime bonapartista.

O que queremos afirmar é que independente das eleições, o regime militar não acabou e precisamos afirmar isso alto e bom som, principalmente agora que parte das oposições burguesas alcançaram governos estaduais e irão administrar a crise do capitalismo junto com o regime militar (...)

O PT não pode esconder isso das classes trabalhadoras e nem criar ilusões de que com o pleito eleitoral já alcançamos o estágio democrático e agora já temos um "governo" que aceita rodízio de poder, que respeita as liberdades políticas e individuais, que o Congresso recuperou seu poder legislativo.

Com a atual relação de forças, onde os Tancredos, Mestrinhos, Camatas e Montoros já abdicam da prometida "frente dos governadores oposicionistas" e se apertam para conciliar com o regime, optando inclusive pelo abandono da tese da Assembleia Constituinte, é fundamental que o PT tenha uma posição clara sobre a natureza e o caráter do governo, isto é, do regime militar vigente: o que fazer com ele?

Uma posição que tem crescido dentro do PT é de que com a atual relação de forças não podemos enfrentar o regime e portanto devemos não fustigá-lo "com vara curta" e até coexistir com ele. O mais importante para o PT deveria ser uma acumulação de forças nas lutas concretas, ou seja, termos uma estratégia de "guerra de oposições" onde iríamos ganhando "trincheiras" (sindicatos, associações, centros acadêmicos, governos municipais, influência no parlamento, etc.) para então colocar a questão do poder. No limite desta posição, existem companheiros que ao privilegiarem a autonomia dos movimentos sociais nem colocam uma preocupação com o regime ou com o estado. Nem agora nem posteriormente, pois é o desdobramento do autonomismo das massas que colocará uma saída para o movimento.

Nós discordamos dessas propostas e defendemos que o PT não só deve ter uma posição clara sobre o regime hoje mas tomar a iniciativa de propor essa luta aos demais partidos oposicionistas ou setores dessas agremiações que são mais combativos e comprometidos com as classes populares.

Para nós essa alternativa é mostrar que todas as reivindicações populares esbarram na estrutura jurídica vigente que

# incompleta

## Pont

mantém o autoritarismo e o estado policial-militar. Que as eleições não são (e não foram, como dizíamos na campanha) suficientes para alterar a estrutura jurídica-constitucional do regime e que não vivemos agora num estado já reciclado e mais próximo de uma democracia burguesa.

As eleições demonstraram — pela votação do PT e dos setores mais combativos do PMDB e do PDT — que a esquerda brasileira está distante de uma possível relação de forças que coloque na ordem do dia a transformação do estado. Mas, é fundamental que acumule forças não apenas em lutas concretas e cotidianas, que são corretas e necessárias, mas também politizando essas reivindicações para que as massas compreendam que a solução dos seus problemas passa pelo poder do estado, isso é que nos distingue do reformismo.

Por outro lado, é fundamental para os trabalhadores (e seu partido) que se coloquem frente aos demais setores sociais como os mais firmes e resolutos defensores da democracia, como os únicos capazes de levar até o fim essa luta, evidenciando para as massas os limites dos liberais e moderados da oposição burguesa. Esta é a forma correta de arrastar atrás de si todos aqueles setores médios que são contra o regime e que

continua vendo nos liberais seus portavozes na luta contra a ditadura.

O PT necessita ser um pólo de aglutinação dessas forças, sem nenhuma pretensão de hegemonizá-las sozinho nem ser seu único organizador, mas de ser uma força decisiva na constituição de um pólo classista, trabalhador e popular, que seguramente tenderá a surgir impulsionado pela recessão e o aprofundamento da crise que se avizinha.

Por todas essas razões, defendemos que o PT deve assumir uma luta concreta, direta, contra esse regime, afirmando que ele não acabou e que a tática dos trabalhadores contra ele deve ser a luta pela convocação de uma Assembléia Constituinte livre e soberana, com liberdade de organização para todos os partidos políticos, sem voto distrital, sem lei Falcão etc..., uma Constituinte que retire das mãos do Executivo os controles que possui e continuará possuindo nas condições atuais sobre o aparelho de estado, e contribua para o avanço da organização dos trabalhadores na conquista da hegemonia política das massas exploradas na luta pela democracia e contra o imperialismo. Essa é a forma dos trabalhadores constituírem-se como uma alternativa de mudança social, na conquista do socialismo.

#### 4) um partido baseado nos núcleos ou um partido eleitoral-parlamentar?

Talvez com raras exceções, a defesa dos núcleos é uma quase unanimidade dentro do PT. Todos defendem que o PT deve fortalecer os núcleos, garantir a democracia de base, aquilo que desde o primeiro momento constituiu-se na marca registrada do partido que "nasce de baixo para cima", que tenha suas diretrizes emanadas da base.

Evidentemente, somos também defensores nos núcleos e temos nos constituído em animadores dessa proposta. Achamos, no entanto, que os núcleos só podem sobreviver, só podem florescer e

serem visto como necessários pelo coletivo dos petistas, se possuírem orientações políticas firmes e deliberadas democraticamente pelo partido em seus momentos de convenção ou encontros específicos para isso.

É impossível construir núcleos sem que eles estejam voltados para a ação e para isso é necessário existir uma orientação política que é de todo o partido. Se em um sindicato, existe um núcleo do PT da categoria e isso não se traduz na aplicação das diretrizes partidárias para o trabalho

sindical, o núcleo não sobrevive, ou melhor, nem consegue existir.

Ocorre algo semelhante no meio estudantil se o partido não possuir uma linha para o setor que transforme o núcleo em canal de transmissão, de ação dessa política e, em contrapartida, o elemento animador e aferidor da correção das propostas.

Outra questão: o núcleo para ter garantia de uma vida democrática deve ter garantida sua participação nas instâncias de deliberação do PT. Sabemos que a forma de concretizar isso é difícil pois estamos amarrados a um estatuto imposto pelo regime. Defendemos, no entanto, que é possível encontrar uma saída que não seja a tual: **Conselhos de núcleos consultivos**, sem poder de delibera-

ção. Ou cair no oposto, criar uma estrutura paralela de **conselhos de núcleos deliberativos** cujo resultado seria um poder paralelo as instâncias diretivas estatutárias.

Defendemos que é possível criar e regularizar a presença dos núcleos nas instâncias formais do PT: os Diretórios, através de artifício legal de considerar os núcleos como **órgãos de colaboração** dos Diretórios, que não tem número máximo pré-fixada e tem poder de deliberação junto as instâncias de direção e não ferem os estatutos.

Os núcleos, armados com uma plataforma de lutas e um conjunto de definições para as frentes de trabalho é que garantirão a transformação do PT num partido de lutas, num partido de combate da classe trabalhadora.

#### 5) O projeto do PT faliu com o resultado eleitoral? A saída é a fusão das oposições?

Após as eleições, imediatamente, começaram especulações sobre reordenações partidárias não apenas em cima dos resultados eleitorais mas também pelos casuísmos que nos esperam daqui para a frente. A exigência legal dos 5% de votação nacional e de 3% em um mínimo de 9 estados e o recente projeto do voto distrital são os exemplos mais gritantes desses barreiras os partidos novos que não nasceram dentro do Congresso e com grandes recursos materiais.

O PT tem sido um dos alvos prediletos desta articulação devido à pouca votação alcançada nacionalmente. É evidente que este é um problema que preocupa os militantes e que querem ter firmeza no que fazer daqui para frente.

O problema pois não pode ser escamoteado e na avaliação da Executiva Nacional esta questão não mereceu a atenção devida contribuindo para manter dúvidas e incertezas.

Neste momento, é tarefa nossa reafirmar o projeto petista da forma mais clara e inofensível possível. Como dissemos antes do PT é um marco na história polí-

tica do país e a organização independente da classe trabalhadora é uma tarefa na ordem do dia, independente do resultado eleitoral. O PT alcançou uma implantação que o habilita a se constituir no pólo mais importante dessa tarefa e isso não se consolida em dois anos nem muito menos numa eleição. Precisamos cerrar fileiras na manutenção e na defesa da construção do PT, sem no entanto, desconhecer a realidade adversa que o cerca e os casuísmos que se avizinhm.

Precisamos, portanto, assumir imediatamente uma campanha contra essa legislação eleitoral, mobilizar o que for possível contra o voto distrital e os demais casuísmos. Cobrar coerência e chamar os demais partidos oposicionistas a assumirem também a luta contra isso. Enquanto esses recursos não se esgotarem, é prematuro e incorreto trazer para dentro do PT o debate sobre fusões. Sabemos que o PT é o único partido legal hoje a combater pela independência de classe, pela construção de um partido próprio das classes trabalhadoras e desse projeto não podemos abrir mão (...)

São Paulo

## Coronel processa vereadora do PT

Luiza Erundina de Souza é anova líder da bancada petista de cinco vereadores na capital paulista. Natural da Paraíba, professora na Escola de Serviço Social da PUC e funcionária pública da prefeitura atuando na periferia de São Paulo, Luiza Erundina era desde o início da campanha apontada como um dos candidatos favoritos à vereança na capital. Tanto em função de seu trabalho na categoria do funcionalismo como junto às populações marginalizadas da cidade.

Foi também em função deste seu trabalho, agravado em seguida aos olhos da prefeitura pela sua condição de petista, que Luiza veio a sofrer pressões e processos do governo municipal do PDS. O órgão onde trabalha, a Secretaria da Família e

Bem Estar Social, antiga Coordenação do Bem Estar Social (COBES) e dirigido agora por um coronel ligado à repressão da Operação Bandeirantes (OBAN), vinha desde julho, sob a nova direção, alterando completamente a linha de atendimento popular que os funcionários ao longo de anos de trabalho vinham imprimindo à antiga COBES.

O atendimento externo às populações e o clima de trabalho interno para os funcionários se deterioraram rapidamente e logo o coronel começou a sentir pressões e reclamações tanto internas como externas. Mas do alto de sua arrogância e prepotência (um coronel secretário não somente nomeado, e mais, por um prefeito nada mais do que também nomeado e apenas para um final de mandato) a

direção da Secretaria sequer cogitou em dialogar: no final do ano o coronel simplesmente aplicou processos ad-

ministrativos contra mais de 30 funcionários, entre eles Luiza Erundina.

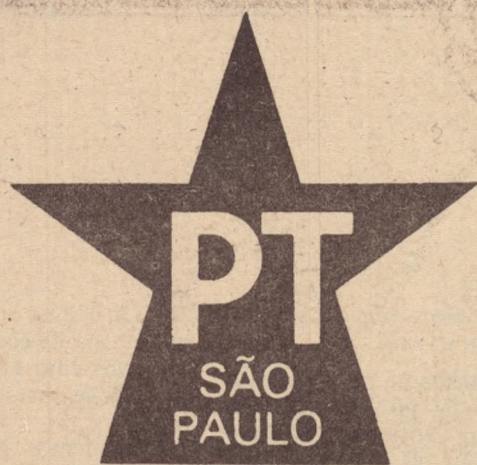
Grito de carnaval do PT

**“SEM PRAZER  
NÃO DÁ!”**

Dia 4/2, às 21hs. no Espaço Cultural do PT

Praça Benedito Calixto 162

Entrada: Cr\$ 500,00



## Como fazer oposição ao governo Montoro?

*A reunião do Diretório Regional paulista onde, entre outras questões, se definiu a relação do PT frente aos governos de oposição.*

Realizou-se no último fim de semana, na capital, a reunião do Diretório Regional paulista para avaliação da campanha eleitoral e definição dos próximos passos do partido no plano interno e externo.

A reunião tratou de vários assuntos. A começar pela votação oficial de intervenção no Diretório Municipal de Avaré, onde grupos dissidentes do PDS haviam aprisionado a legenda PT na época da legalização e vinham desde então impondo permanente boicote à participação de militantes afinados com a linha partidária.

Ainda no plano interno, o Diretório fixou as datas das próximas convenções municipais (pré-convenção: 20/3, convenção: 10/4) e regional (pré-convenção: 22/5, convenção: 12/6). E definiu ainda uma sistemática para o processo de renovação do Diretório Regional no qual a atual direção se omitirá enquanto tal de apresentar uma proposta: a partir de 60 dias antes da pré-convenção regional (a partir portanto de 22/3) qualquer número de filiados, núcleos ou diretórios de base poderá apresentar, publicamente dentro do partido, para discussão, uma determinada chapa com nomes e programa (não necessariamente completa com os 60 nomes 45 efetivos e 15 suplentes). A direção dará ampla divulgação a todas as propostas que surgirem e auxiliará os militantes no processo de discussão aberta de suas propostas a nível de todo o estado organizando encontros para tanto. Neste processo as chapas deverão posteriormente ser completadas e finalmente submetidas a votação na pré-convenção, compondo-se a futura direção na base da proporcionalidade entre as propostas que obtiverem mais de 20% dos votos. Ficou ainda em suspenso para nova discussão a questão da possibilidade ou não de repetição de nomes nas chapas e se a definição da futura Executiva será na própria pré-convenção ou posteriormente pelo Diretório eleito.

Finalmente, no que diz respeito à discussão e avaliação em curso dentro do partido sobre os resultados eleitorais, o Diretório não chegou a fechar posição. A avaliação preliminar da Executiva, distribuída anexa a um questionário para ser respondido pelas bases, obteve até agora apenas 17 respostas, e a nível de documentos mais elaborados, 15 chegaram já à Executiva. De forma que resolveu-se adiar o prazo até o dia 20/2 para recebimento de novas contribuições à discussão que finalmente será encerrada na próxima reunião do Diretório dia 6/3.

No plano externo, a discussão do Diretório esteve centrada na necessidade do partido se lançar a uma campanha

massiva, de rua, contra o FMI, o desemprego e a nova política salarial. O PT deverá elaborar um texto base sobre o tema para orientação dos militantes, um panfleto e um cartaz para a agitação massiva, preparar um calendário para mobilizações e saídas às ruas, articular suas bancadas parlamentares para a denúncia e votação junto com outros partidos contra as medidas governamentais em implantação, e estreitar seu contacto com a Comissão Pró-CUT e sindicatos a fim de estabelecer um envolvimento mais efetivo nas campanhas salariais e mobilizações contra a política econômica. Para a coordenação destas medidas a nível regional foi formada uma comissão composta pelos seguintes membros do Diretório: Djalma, Gushiken, Alípio, Laiolo, Frateschi e um vereador da capital a ser indicado pela bancada.

Outro ponto de discussão foi a definição da relação a se ter diante dos governos de oposição, em particular frente ao governo Montoro. A Executiva propôs uma definição — que constava do documento preliminar de avaliação distribuído em dezembro — que caracterizava a relação como sendo de oposição (a partir das diferenças de projetos entre o PMDB e o PT) a ser concretizada contendo caso por caso em cima das iniciativas do governo e por meio de contra-propostas concretas do PT. Fica assim, ressalta o documento, aberta a possibilidade de eventual apoio a medidas concretas do governo que atendam os interesses do movimento popular e as definições petistas. Um membro do Diretório, apoiador do jornal *Convergência Socialista*, contra propôs a caracterização de “oposição sistemática” ao governo Montoro, dado o caráter de classe antagônico dos dois projetos. E o deputado federal José Genoíno propunha retirar do documento da Executiva a referência a eventual apoio a medidas do governo, sob argumento de que nestes casos (se vierem a ocorrer) Montoro estaria muito mais cedendo a pressões do que tomando iniciativas de caráter popular e que, portanto, não caberia falar de “apoio ao governo”. Depois de muita discussão a votação registrou 22 votos para a primeira proposta, 1 voto para a segunda e 7 para a terceira.

Por fim, com relação à composição de mesas do legislativo o Diretório tirou posição que o PT deve impulsionar por todos os meios as tentativas de constituição, junto com os demais partidos, de mesas majoritariamente oposicionistas e não fazer nenhum acordo isolado com o PDS mesmo que isso possa trazer eventuais proveitos para o PT.



## Novas perspectivas de trabalho

*A reunião do Diretório Regional gaúcho para avaliação da campanha eleitoral e definição dos próximos passos do partido.*

Para uma avaliação eleitoral e estabelecer perspectivas de trabalho, o PT gaúcho realizou, sábado, 29 de janeiro, uma reunião ampliada do Diretório Regional com a presença de representantes dos diretórios municipais e dos candidatos do partido nas eleições de novembro.

Apesar da época difícil — auge do verão e período de férias — mais da metade dos membros do Diretório, em torno de 25 cidades através de representantes e um bom número de candidatos, estiveram presentes à reunião, realizada no Plenarinho da Assembléia Legislativa.

O encontro contou com a presença de Francisco Weffort, membro da Executiva Nacional do Partido, que no segundo ponto de pauta fez uma análise da conjuntura pós-eleitoral e apresentou o documento sobre o tema da Executiva Nacional que circula já, dentro do partido, há quase um mês.

A reunião fora previamente preparada através de uma avaliação eleitoral elaborada pela Executiva Regional que não chegou a ser votada, mas que no geral, correspondeu as avaliações que foram efetuadas em plenário pela maioria dos presentes.

Um ponto cabe, no entanto, ressaltar: a firmeza com que a totalidade dos oradores reafirmaram a necessidade do PT e de sua construção, negando enfaticamente qualquer possibilidade de fusão ou incorporação com outros partidos oposicionistas. Na mesma linha, em nome da Executiva Nacional, Weffort ressaltou que a tendência mais evidente e certa dos governos estaduais peemedebistas é a conciliação com o regime. Neste sentido, a responsabilidade e as tarefas do PT são mais importantes ainda pois é hoje o único partido de oposição sem compromissos com o regime, sem ter que conciliar com ele em troca de coexistência entre governos estaduais e o governo central.

Se na avaliação eleitoral havia quase consenso, no ponto sobre perspectivas do PT já apareceram questões mais polêmicas. Além de um texto da Executiva Regional que apontava algumas lutas imediatas e um cronograma de trabalho e funcionamento dos diretórios municipais, bem como um plano de expansão do PT no estado, outras contribuições ao

debate foram apresentadas.

Um documento de avaliação e propostas, assinado pela socióloga Enid Backes (membro da Executiva Regional) e vários outros militantes do partido questionava a plataforma eleitoral e “o vazio de algumas palavras de ordem do PT”,

Outra contribuição assinada por Raul Pont, membro da Executiva e ex-candidato do partido ao senado, efetuava uma série de críticas tendo como referência o documento de avaliação da Executiva Nacional em debate dentro do PT (ver págs. 5 e 6).

O debate, porém, não tinha caráter conclusivo nem as propostas foram apresentadas para votação no Diretório Regional. O objetivo das propostas era iniciar o debate preparatório das pré-convenções municipais já marcadas para março, abril, visando politizar esse processo

Além do plano de expansão e funcionamento apresentado pela Executiva, foram aprovadas campanhas para o partido assumir imediatamente: contra o voto distrital, total apoio e participação na programação sindical contra o novo decreto salarial, campanha contra as áreas de segurança com eleição direta para as prefeituras pois no Rio Grande mais de 20% da população vive em áreas de segurança, incluindo a capital.

Por fim, a Comissão sobre a Questão da Mulher, de assessoria do Diretório Regional, apresentou um balanço de suas atividades e propôs — o que foi aprovado — que o conjunto do partido assumisse essa questão como não sendo apenas das mulheres, mas de todo o PT, a começar pela presença do maior número possível de militantes do partido no Encontro Regional sobre a questão da Mulher, que será realizado no próximo domingo, dia 6, em Porto Alegre, na Assembléia Legislativa. Foi aprovada, também, uma proposta a ser levada ao Diretório Nacional de adiamento de um mês das Pré-convenções municipais.

Apesar de um grande número de municípios não terem enviado delegados, a retomada do trabalho do partido, após o período difícil de fim de ano, demonstrou boa vitalidade e muita certeza na construção do PT.

# 1. Os precursores dos partidos operários socialistas

A partir desta edição, **EM TEMPO** começa a publicação de uma nova série, sobre as experiências históricas de organização política dos trabalhadores, sobre a evolução das concepções de partido político proletário.

Inicialmente, resumimos as principais experiências e concepções de organização política dos trabalhadores ou socialistas antes de Marx, isto é, antes que se desenvolvesse a concepção da revolução socialista como processo de auto-emancipação dos trabalhadores, a partir das condições criadas pelo capitalismo, e a concepção correspondente de partido político.

No seu livro "Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico", ao resumir a história do movimento operário e socialista moderno, Engels diz que no período das grandes revoluções burguesas "desenvolveram-se movimentos independentes da classe que era a precursora mais ou menos desenvolvida do proletariado moderno. Assim foi na época da Reforma e das guerras camponesas na Alemanha, a tendência dos anabatistas e de Thomas Munzer; na grande Revolução Inglesa, os 'niveladores', e na Revolução Francesa, Babeuf".

Thomas Munzer, na Alemanha da época da Reforma Protestante, dirigiu bandos de camponeses e plebeus armados, que pensavam que, por sua ação revolucionária, poderiam estabelecer o reino de Deus na terra. Contraopondo-se a Cromwell na Revolução Inglesa, os "niveladores" defendiam o autogoverno da grande massa (Cromwell, ao mesmo tempo em que fez avançar a revolução, estabeleceu uma ditadura). Durante a Revolução Francesa, a ala mais radical lançou o lema "povo, salva-te a ti mesmo". E a "Conspiração dos Iguais", dirigida por Babeuf, defendia a socialização da terra e da indústria, a necessidade de abolir tanto a riqueza como a pobreza para chegar à felicidade humana.

Contudo, estes movimentos que antecipavam o socialismo moderno não podiam ser mais que marginais na sua época. Para que se desenvolvessem a luta proletária de massas e o socialismo, era necessário que o desenvolvimento da grande indústria criasse o proletariado moderno e as condições para a socialização da produção.

Antes do desenvolvimento do capitalismo houve inúmeras descrições utópicas de uma sociedade ideal. Eram formas de reagir contra as misérias existentes. No início do século XIX, estas descrições utópicas tiveram já possibilidade de se ligar a uma crítica das contradições do capitalismo nascente, e além disso de encontrarem adeptos, formando movimentos de certa força.

## O socialismo utópico

Foram muitos os "socialistas, utópicos": Saint-Simon, Fourier, Cabet, na França, Owen, na Inglaterra, entre outros. Todos tiveram, contudo, um ponto em comum: não concebiam a mudança da sociedade por um processo revolucionário, pela ação de uma classe social que tivesse interesse e força para promover esta mudança. Não se julgavam representantes do proletariado, e nem confiavam nele. Agiam em nome de toda a humanidade, queriam instaurar o reino da razão e da justiça eterna. Como resumiram Marx e Engels no "Manifesto Comunista": "à atividade social substituem sua própria imaginação pessoal; às condições históricas de emancipação,

condições imaginárias; à organização gradual e espontânea do proletariado em classe, uma organização da sociedade pré-fabricada por eles". O método para atingirem seus fins era portanto a propaganda das suas idéias, e a tentativa de conseguir patrocinadores para seus planos de reorganização social.

Assim, os "socialistas utópicos" não construíram partidos políticos, mas seitas, que eram fundamentalmente clubes de propaganda. Dirigiram-se não só à burguesia, mas também aos soberanos: Saint-Simon escreveu ao czar Alexandre I, a Luis XVIII, à Santa Aliança; Fourier se dirigiu a Napoleão, a Luís XVIII e a Luis Felipe; Owen publicou um manifesto no congresso da Santa Aliança. Fourier apelou sobretudo aos capitalistas: explicou-lhes a beleza do seu sistema, e pediu que dessem dinheiro para que se estabelecessem comunidades. Pediu que fossem vê-lo em um restaurante onde, durante anos, deixou um lugar à mesa vago para a pessoa esperada. Mas ninguém veio.

## As sociedades comunistas

Outra tendência dentro do movimento socialista na primeira metade do século XIX eram as sociedades secretas revolucionárias, inspiradas sobretudo no exemplo de Babouf e da "Conspiração dos Iguais". Esta concepção foi popularizada sobretudo pelo relato de um dos companheiros do Babouf, Buonarroti, "Conspiração pela Igualdade".

A idéia básica de Buonarroti é que "a experiência da Revolução Francesa (...) demonstrou, suficientemente, em minha opinião, que um povo cujas opiniões se formaram em um regime de desigualdade e do despostismo não está capacitado, no começo de uma revolução regeneradora, para designar por seus votos os homens encarregados de dirigi-la e consumá-la. Esta tarefa difícil tem de ser entregue a cidadãos prudentes e valorosos que, embebidos do amor à pátria e à humanidade, tenham vindo sondando e estudando durante muito tempo as causas dos males públicos, se tenham libertado de todos os preconceitos e dos vícios comuns, tenham deixado atrás as luzes de seus contemporâneos...".

As sociedades inspiradas em Babouf lutavam pela abolição da propriedade privada, pela emancipação dos proletários. Mas não acreditavam nas lutas de massa e nem em um partido proletário de massa; só um grupo de "cidadãos valorosos" poderia superar o obscurantismo a que estavam todos submetidos pelas condições da exploração existentes. Entre as sociedades que se guiavam por estas idéias estava a "Sociedade das Estações", dirigida por Blanqui. Também a "Liga dos Justos", que se transformaria depois na "Liga dos Comunistas" e da qual



## A QUESTÃO DO PARTIDO NA HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO

viriam a participar Marx e Engels, foi inicialmente de inspiração babouvista.

Estas sociedades comunistas tinham já um avanço importante sobre as seitas de socialistas utópicos: seu caráter já proletário, seu vínculo já definido com o movimento operário (naquela altura, predominantemente de artesãos).

O primeiro partido de massa proletária foi o Cartismo inglês. Por iniciativa da Associação Operária de Londres, muito influenciada pelas idéias do Owen, foi redigida e publicada em 1938 a "Carta do Povo", fundamentalmente em torno de direitos políticos. Reivindicava direito de voto para os homens, voto secreto, que não fosse necessário ser proprietário para

pertencer ao parlamento, entre outros itens.

A partir daí, desenvolveu-se um amplo movimento da classe operária britânica, que com altos e baixos percorreu toda a década de 40. Envolveu outros temas (como a reforma das fábricas). Era um movimento muito heterogêneo. Muitos acreditavam em conseguir suas reivindicações do Parlamento apenas com base na força moral, outros defendiam o uso da "força física", muitos falaram em uma greve geral. Na verdade, o cartismo era mais um movimento político da classe operária do que um partido político. Mas teve uma influência profunda, e é com justiça que é considerado o primeiro partido operário da história.

## Ciclo de debates sobre a questão negra

### 1 — O MOVIMENTO NEGRO NOS DIAS ATUAIS

Dia 04/02/83 - Sexta-Feira - 20:00 hs.

### 2 — A MULHER NEGRA

Dia 18/02/83 - Sexta-Feira - 20:00 hs.

### 3 — A ESQUERDA E MOVIMENTO NEGRO

Dia 25/02/83 - Sexta-Feira - 20:00 hs.

LOCAL: Rua Francisco Leitão, n.º 57 - Pinheiros (Paralela a Rua Henrique Schaumann - Esquina com a Rebouças).  
Sede do jornal **EM TEMPO**.

\* Os debatedores serão pessoas que atuam no Movimento Negro  
— PARTICIPE —



# Desemprego, Arrocho, Greve, arrocho, greve Crise: drama em 3 atos

Por Régis Moraes



## ATO I — O desemprego

Em novembro de 1982, no Ciclo de Encontros Empresariais, um executivo dava uma de astrólogo e previa o que iria acontecer em 1983 e prognosticava o que os trabalhadores deviam fazer: trocar a garantia de emprego pela perda de "alguns" benefícios salariais, evitando, pelo diálogo, tensões sociais "indesejáveis".

Mais recentemente, um editorialista da Folha de São Paulo manifestava sua esperança de que, diante dos sacrifícios impostos pelos pacotes econômicos do governo, o "fator trabalho não complica a vida política brasileira". Os trabalhadores teriam vários motivos para perguntar a esses bem-intencionados conselheiros dos sacrifícios alheios: desejável para quem? complicar para quem?

Afinal, nos dois últimos meses, uma enxurrada de dispensas massivas atingiu milhares de operários da indústria de transformação. Apenas para exemplificar veja-se uma lista (incompleta e localizada) dessas tempestades:

- Cobrasma — Sumaré, interior de S. Paulo: 270 demitidos
- Komatsu — Suzano, interior — 178
- Nardini — Campinas — 900
- Fabr. Aço Paulista — Sorocaba — 250
- CBT — São Carlos — 500
- Caio — Capital — 250
- Móveis de Aço Fiel — Capital — 200
- GE — Santo André — 350
- Perkins — S. Bernardo — 100

## R. G. do Sul

# PROPOSTA DA GREVE GERAL AVANÇA

O movimento sindical gaúcho começou o ano de 1983 com boas promessas de mobilização. No dia 14 de janeiro, em um bom número de cidades as Comissões Inter-Sindicais municipais ou regionais que vem se formando no Estado conseguiram realizar vários atos públicos de protesto contra a submissão da política econômica ao FMI, contra o desemprego. Começaram a aparecer os frutos de uma política sindical correta de fortalecer o movimento através de Comissões inter-sindicais que unam horizontalmente e pela base os sindicatos, rompendo com a atomização que a CLT impõe. Com isso surgem as iniciativas, formam-se novas lideranças e o movimento começa a deslanchar. O chamamento unitário alcançou eco em vários pontos do Estado e sob o comando da Comissão Regional Pró-CUT, foram realizadas assembleias em Porto Alegre, Canoas, São Leopoldo,

- Mercedes Benz — S. Bernardo — 2900
- Braseixos — Osasco — 600

Isso sem falar na Philco, Lorenzetti, Bombril, Cimento Perus e dezenas de outras empresas, onde o facão foi também massivo. O levantamento da FIESP, compreendendo cerca de 600 empresas, registrou, entre dezembro/80 e janeiro/83, o desaparecimento de mais de 300 mil postos de trabalho. Desses, 53 mil sumiram em 1982, 25 mil só em dezembro...

Os dados da RAIS (Relação Anual de Informação Salariais) de 1981 mostram claramente que, se em 1980 havia 16.850 mil pessoas contratadas regularmente nas empresas do país, em 1981 não foram gerados mais que 122 mil novos empregos, diante de 1,5 milhão de pessoas que entram, anualmente, no mercado de trabalho.

### Segura o desemprego

Enquanto isso, o ministro do Trabalho Murilo Macedo, fala em "fórmulas emergenciais" para combater o desemprego. E cita o Projeto de Alimentação da Família Trabalhadora, visando fornecer alimentos a desempregados a 50% do preço normal. Pelo passado dos projetos governamentais, o PAT-Família já começa a ser apelidado de "PAT-Família"...

Do lado dos empresários, a gracinha não é menor. Na reunião da executiva da FIESP, chegou-se a sugerir a criação de um fundo de desemprego, sustentado pelos aumentos de produtividade, que não seriam repassados aos salários, mas depositados numa conta



administrada por empresários e empregados. Os patrões, não contentes em depredar o que já depredaram neste país, agora se propõem a administrar uma parte dos salários dos trabalhadores. Talvez porque creiam que os trabalhadores são devassos que gastam mais do que podem e não se previnem para os maus tempos...

Um pouquinho de olhar à volta do que acontece poderia levar um pouco do descaramento empresarial. Afinal, como mostram fartamente a imprensa do Sindicato dos Bancários da capital paulista, só o desfalque que o ministro Andreazza autorizou aos "mãos-leves" do grupo Delfin, era suficiente para pagar o piso salarial da categoria (38 mil) para nada menos que 140 mil pessoas, durante um ano (inclusive 13!).

Agora, o milagre que se anuncia para diminuir o desemprego é um novo arrocho salarial. Mas isso, vem no próximo ato da pantomina. Cai o pano. Olha nós outra vez no picadeiro...

Os trabalhadores foram saudados com as boas-novas de 1983. Logo de cara, reajustes trimestrais nas taxas telefônicas, aumentos dos cigarros (17%), remédios (22%), energia elétrica (18,2%), gasolina (16%), massas e pães (50%). E por aí fora. Ao mesmo tempo, o ministro Delfin, que já disse que neste país todos são malucos (exceto ele mesmo), vem pregando uma "nova fórmula" de fixar o INPC onde não entrariam os aumentos de combustíveis, energia e outras mercadorias e serviços.

No "muda-não muda" da política salarial, primeiro se propalou o fim do semestral, para assustar um bocado e depois mudar outros detalhes da política salarial: 10% das faixas menores, a produtividade, etc. Tudo na melhor fórmula do "põe devagar, põe devagarinho". Talvez poucos lembrem que o próprio Murilo Macedo disse, no início de dezembro/82, que qualquer modificação da política salarial teria que passar por uma "ampla discussão" no Congresso, na sociedade brasileira". A sociedade brasileira do Murilo é o Palácio do Planalto, pelo que parece.

### A greve é inútil

Diante da ameaça de uma greve geral de protesto, o ministro afirmou: "é uma diferença muito pequena para justificar uma greve". Sem dúvida, para o Banqueiro Murilo Macedo, é uma pequena diferença, se lembrarmos que o Conselho Monetário Nacional aprovou, segundo o também banqueiro Calmon de Sá (aquele ex-ministro do cheque sem fundo no Banco Econômico), 80% das reivindicações do capital financeiro. A orgia financeira já chegou a tal ponto que um levantamento do Relatório Reservado revelou que, entre 25 empresas de capital aberto, 24 tinham receitas financeiras (em outras palavras, especulação) maiores que a taxa de inflação.

O ministro do Trabalho está careca de saber que apenas 8% dos trabalhadores que recebem até um salário mínimo (SM) são sindicalizados, e que na faixa dos 2 a 5 SM apenas 31% são sindicalizados. A rotatividade debilita a organização sindical

lançando o trabalhador de categoria a categoria. Por isso, o "bom pai" Macedo diz que é preciso intervir nos reajustes "protegendo o trabalhador não organizado". O engraçado é que, há mais de um ano o salário mínimo é reajustado sem os 10% além do INPC... Bela proteção.

### Quem tem tira, quem não tem, dá

"As perdas são pequenas... proteger os mais fracos"... diz o ministro. Para quem

SALÁRIO ATUAL	SM	REAJUSTE COM A		INPC - 3,5% / FEVEREIRO	
		ATUAL LEI	NOVA LEI	PERDA EM % mensal	PERDA EM C% mensal
23.568,00	01	32.978,70	33.123,18	2,59	1.711,04
47.136,00	02	65.957,40	64.246,36	2,59	2.566,56
70.704,00	03	98.936,10	96.369,55	2,59	2.990,31
94.272,00	04	131.914,80	128.064,97	2,28	4.277,68
117.840,00	05	164.893,50	159.551,15	2,31	5.368,64
141.408,00	06	197.872,20	192.587,38	2,64	6.659,58
164.976,00	07	230.850,90	225.375,52	2,90	8.410,73
188.544,00	08	263.829,60	257.877,67	2,65	9.410,73
212.112,00	09	296.808,30	290.379,81	1,98	9.410,73
235.680,00	10	329.787,00	324.799,95	1,53	9.410,73
259.248,00	11	362.765,70	357.802,09	1,53	9.410,73
282.816,00	12	395.744,40	390.804,23	1,53	9.410,73
306.384,00	13	428.723,10	423.806,37	1,53	9.410,73
330.952,00	14	461.701,80	456.808,51	1,53	9.410,73
354.520,00	15	494.680,50	489.810,65	1,53	9.410,73
378.088,00	16	527.659,20	522.812,79	1,53	9.410,73
401.656,00	17	560.637,90	555.814,93	1,53	9.410,73
425.224,00	18	593.616,60	588.817,07	1,53	9.410,73
448.792,00	19	626.595,30	621.819,21	1,53	9.410,73
472.360,00	20	659.574,00	654.821,35	1,53	9.410,73

olha a tabela de perdas com a nova política salarial a cara depau se torna evidente:

Não, você não leu errado, não! É isso mesmo, quanto maior a faixa salarial, em regra geral, a perda é menor. Acima dos 10 salários mínimos, a perda praticamente se estabiliza. Talvez isso dê razão ao presidente da FIESP, Luiz Eulálio Bueno Vidigal: "O trabalhador que recebe vencimentos entre 1 e 3 salários mínimos não consome nada. Come, e olhe lá. Por

isso não acredito que haverá problema de queda de poder aquisitivo com a extinção dos 10%".

### Lucros, mais lucros!

A "diferença é pequena", diz o ministro Macedo. Pois bem, a RAIS de 1981 mostra que perto de 67% dos trabalhadores brasileiros estão na faixa do máximo de 3 salários mínimos; 27% na faixa do 3 a 10 SM. Um cálculo feito a partir desses dados

mostra inequivocamente que a nova política salarial garantirá às empresas uma economia de dezenas de bilhões de cruzeiros por mês (ver pag 2 e 3).

Nessa altura do campeonato, para completar a opereta de quintal veio o presidente da Associação Brasileira de Empresas Comerciais Exportadoras, Carlos Schebe e diz: é preciso "cota de sacrifícios também dos trabalhadores". Coidadinhos dos empresários...

## ATO III — A arma da greve: agite

As mudanças na política salarial tiveram contudo um grande mérito. Colocaram a oportunidade do movimento sindical criar vergonha na cara, ou então entregar os pontos de uma vez.

A denúncia, a agitação, a programação de protestos e até a proposta da greve geral não estão hoje apenas naquilo que se costuma chamar de sindicatos combativos. Sindicatos ativos como o dos Bancários da capital paulista bombardeiam a reforma salarial na sua imprensa diária, nos comícios e passeatas. Sindicatos menores e de tradição, como o dos Marceneiros, promovem comícios nas portas de empresas. Mas até o sindicato do conhecido Joazeiro é obrigado a sair com uma orientação que, a rigor, não se pode contestar:

"Vamos fazer manifestações na porta das empresas e denunciar a situação para os jornais. Em cada fábrica, os companheiros devem se reunir e formar uma comissão. Cada comissão deve nomear companheiros para passar no sindicato para pegar boletins informativos e combinar o esquema de protesto".

### A CUT vem aí?

O circo está montado. Ao lado do rolo compressor que obriga sindicatos e federações costumariamente acomodados a se mexer, corre por fora o processo de eleições para a CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria). A chapa do Joazeiro, apoiada nas federações metalúrgicas e de trabalhadores nas indústrias urbanas espera se aproveitar do momento para mostrar que o velho pelego Ari Campista já não funciona como guarda-costa do capital e se apresenta, ele mesmo, Joaquim,

como seu sucessor. Numa tentativa que deixa evidente a pretensão da burocracia de implodir qualquer processo de constituição de uma Central Única que lhes fuja das mãos, Joaquim afirma que "a CUT poderia ser composta pelas próprias federações renovadas". E, enigmáticamente, tranqüiliza a burguesia: "quem não come por já ter comido, não é doença de perigo". O tráfego da história, contudo, é a crença daqueles que acreditam poder reeditar o processo de constituição do CGT pré-64.

Nesse pé, ou o sindicalismo combativo toma a dianteira para comandar a ofensiva contra a recessão capitalista, ou, mais uma vez, teremos o desprazer de virar comentaristas de uma tragédia.



## Não deixar barato...

Diffícilmente se poderia afirmar que a situação está agüentando a recessão em silêncio. Em agosto/setembro, na capital paulista, cerca de 15 metalúrgicas foram paralisadas por greves, a maior parte como resposta a demissões. Coisa semelhante ocorreu em outros lugares do país. Durante dezembro/82 e janeiro/83, dezenas de greves estouraram no país, principalmente para exigir de pagamentos em atraso. Foi o caso da Tecelagem Parahyba, do senador eleito pelo PMDB, Severo Gomes: uma longa greve conseguiu arrancar o acerto de contas do senador. Outro caso interessante é o da Ferro-Brasil, em Caetés, próxima de Belo Horizonte, onde nada menos que 1800 operários cruzaram os braços. Em Belém, os trabalhadores da construção civil, além de paralisar o trabalho para forçar negociações da campanha salarial, realizaram passeatas e manifestações de milhares de pessoas nas ruas da cidade.

Vitória interessante ocorreu na Metalúrgica DC, Sto. André (ABC), onde os 300 operários conseguiram o pagamento em dinheiro (e não em cheques, como a empresa desejava), readmissão de 4 trabalhadores da comissão de fábrica que tinham sido demitidos e pagamento das horas paradas. Ainda na Grande São Paulo, na Cimento Portland Perus, hoje sob controle do mesmo grupo da financeira Haspa (esse nome, pelo jeito, não dá dinheiro) 700 operários reivindicaram salários atrasados, restituição das mensalidades e contribuição assistencial (a empresa descontava e não repassava ao sindicato!).

Greves ocorreram ainda na Cozinex (Sto. André, 38 trabalhadores), na Metalúrgica MuncK (S. Paulo, 400), Fichet (Sto. André, 350), Cia. Taubaté Industrial (Vale do Paraíba, 800) e Fracalanza (Guarulhos, 600).

para avaliação do movimento e dos atos realizados dia 4 e, finalmente, uma grande concentração estadual dia 19 de março, as 14 horas, no Auditório Araújo Viana em Porto Alegre, visando fazer um balanço de todo o Estado e aprofundar a preparação da greve geral.

### Preparação do Enclat no Sul

No sábado, dia 29 de janeiro, um dia após a reunião das Federações e Sindicatos, reuniu-se em Porto Alegre a Comissão Intersindical Estadual e a Comissão Regional Pró-CUT para planejar as atividades do semestre e a preparação dos chamados Mini-Enclats (encontros regionais de trabalhadores, preparatórios para o Encontro Estadual) em diversos municípios-polo do movimento sindical gaúcho. Na pauta constava, também, a melhor preparação das atividades aprovadas no dia anterior na reunião das Federações e Sindicatos. O elemento

presente na maioria das intervenções dos dirigentes sindicais é de que somente a maior e massiva participação do movimento sindical poderá enfrentar a nova política econômica e salarial do regime. O sentimento generalizado dos dirigentes sindicais é de total desconformidade com o decreto presidencial e a política econômica. Isso aparece, claramente, na fala de Waldomiro Orso, presidente da Federação dos Metalúrgicos, tradicionalmente moderado e conciliador em sua ação sindical: "Vamos interiorizar o sindicalismo, chegar na fábrica, no operário. É aí que está a raiz de tudo e não nas cúpulas. Chega de intelectualização".

Ao que tudo indica, um bom começo para o sindicalismo gaúcho. Inegavelmente, a Comissão Regional Pró-CUT tem sido a responsável por esse novo dinamismo. Tomando a iniciativa das propostas, chamando à mobilização em cima dos acontecimentos, a Comissão Regional pró-CUT

consolida-se como polo de aglutinação do sindicalismo combativo no Rio Grande do Sul.

O cronograma de mini-enclats prevê reuniões já para 12 de março em Porto Alegre, dia 9 de abril na Intersindical do Vale dos Sinos (Canoas, Esteio, Sapucaia, São Leopoldo, Novo Hamburgo), em Ijuí dia 23 de abril (pólo da região das Missões) e em Pelotas (segunda cidade gaúcha) em 14 de maio. Essa programação continuará em outras regiões até a realização do ENCLAT regional em agosto.

Na reunião foi definido, também, a presença da Executiva da Regional Pró-CUT no Encontro de Florianópolis, no dia 1º de fevereiro, terça-feira, em Florianópolis, capital de Santa Catarina, onde se reunirão as comissões regionais pró-CUT, de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul para buscar harmonização de datas e programação do movimento sindical nos três estados sulinos.



## Motoristas ABC

## Uma greve de 28 vitórias

O entusiasmo fez passar dos 3.159 sócios aos 7 mil, no prazo de 90 dias. Os empresários assustaram: 18 empresas se recusaram a recolher as mensalidades ou, na prática, emperravam o recolhimento. O número de associados baixou novamente para pouco mais de 4 mil. A nova diretoria, contudo, não deixou barato. Processando as empresas, chegou a ganhar, já, uma das causas, frente à Empresa Vila Alpina, cujo montante era de quase 3 milhões. A empresa recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho, para não ter que pagar as custas. Essa e outras batalhas judiciais continuaram.

Mas o que realmente trouxe os trabalhadores ao Sindicato foi a mudança de sua atuação. Recolhendo a experiência de outros sindicatos, como a dos Bancários de S. Paulo, Metalúrgicos de S. Bernardo e outros, a nova equipe dinamizou a vida sindical, denunciando, orientando, criando uma referência para o trabalhador se associar Hoje, a imprensa da entidade, por exemplo, municia ao menos um boletim quinzenal por município abrangido pelo Sindicato, o que dá cerca de um boletim por dia.

**Quem luta, vence**

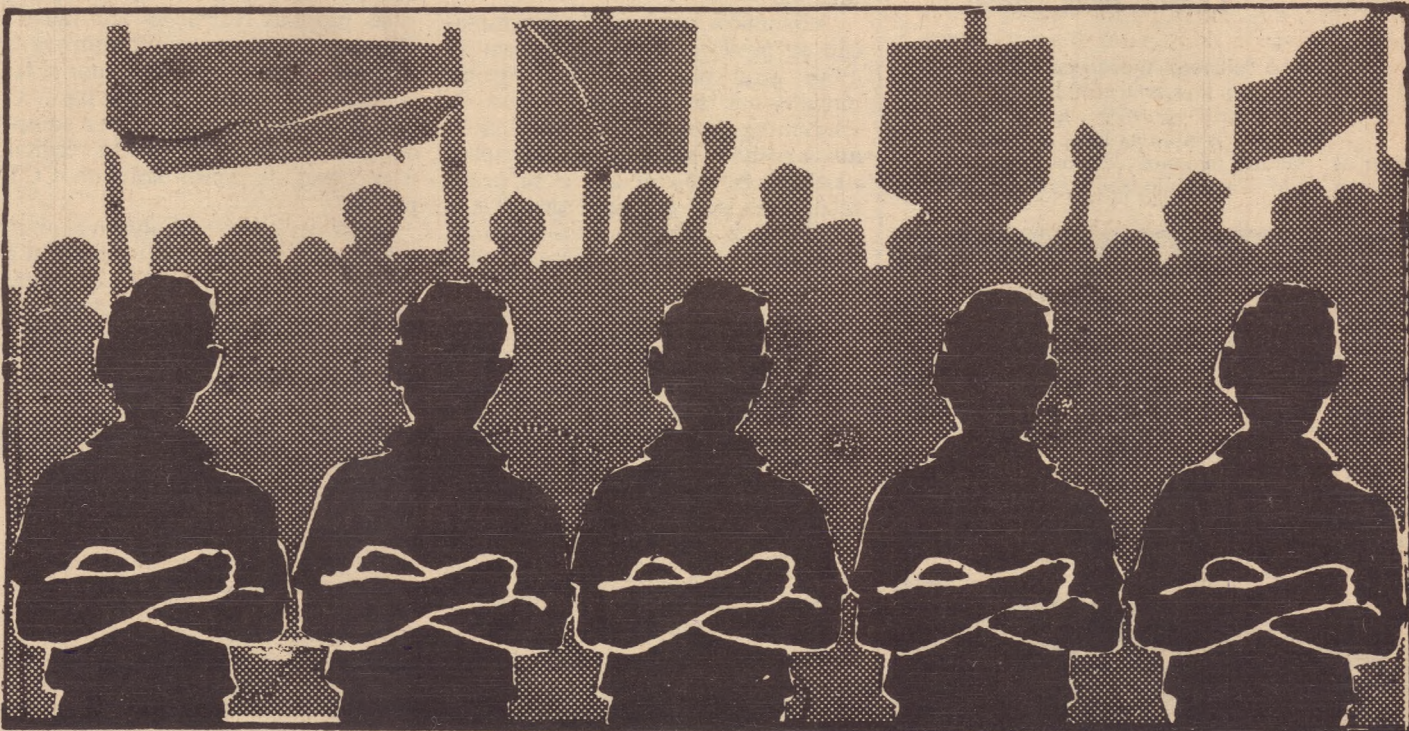
A dinamização, a aliança com outros sindicatos da região, consti-

*"Uma vitória arrancada na unha" — é o comentário de um motorista de ônibus do ABC sobre a última greve da categoria, em dezembro/82. O Sindicato dos Condutores foi recuperado pela categoria após uma verdadeira batalha, onde se sucederam vários escrutínios, tentativas de fraude, boicotes das empresas e do Ministério do Trabalho.*

tuindo uma verdadeira intersindical regional, criaram condições para enfrentar a campanha salarial dos motoristas de empresas de turismo

(que conduzem os trabalhadores das grandes fábricas) com a certeza de que se poderia falar grosso. E não deu outra.

A greve, que atingiu cerca de 2 mil trabalhadores, arrancou 28 das 32 reivindicações feitas, inclusive piso salarial de Cr\$ 94 mil estabilidade de 6 meses, pagamento das horas paradas. A vitória, além disso, fez saltar o número de sócios do Sindicato para 54 mil. Um dos grevistas comentava: "é assim, quem luta pode vencer, quem não luta, leva ferro na manhã..." (Régis Moraes)



## R. G. do Sul

## Greve do funcionalismo federal

*No dia 31 de Dezembro foi decretado pela Presidência da República o índice de aumento do funcionalismo federal: 70% para o pessoal civil e 105% para o militar. Sendo que o aumento salarial dos civis seria escalonado em janeiro e o restante em julho. A greve estava na boca de todos.*

Por Benjamin Heimberg Filho

Pressionada pela indignação que tomou conta da categoria, a Diretoria da FEGASPF (Federação Gaúcha dos Servidores Federais) que nunca se caracterizou por uma clara disposição de organizar e mobilizar os barnabés gaúchos (somam cerca de 45 mil servidores nos Simpás, outros ministérios e administração indireta) se viu obrigada a chamar pela imprensa, no dia 1.º de janeiro (sábado), uma greve para a segunda-feira em todas as repartições públicas no estado.

Apesar de não ter sido preparado com a antecedência devida, o movimento de paralização, iniciou-se pela manhã do dia 3, quase que espontaneamente. Os funcionários se dirigiram para seus postos e repartições, assinavam os pontos e permaneciam de braços cruzados. Os

únicos locais que tiveram dificuldades em aderir à greve, devido as fortes pressões das chefias, foram o DNOS, DNER, Ministério da Agricultura e a Delegacia do MEC. O restante dos ministérios, autarquias, departamentos nacionais e universidade pararam totalmente. O carro-chefe da paralização das atividades foi o funcionalismo do Simpás que manteve somente os atendimentos de urgência de seus postos, parando os serviços de benefícios e atendimento médico-odontológico. Na assembléia desta noite o funcionalismo tirou como seu objetivo uma reposição salarial de 147% e também, a formação de uma Comissão para negociar com o governo central. O índice de reposição levantado era, anteriormente à greve, reconhecido inclusive pelo próprio DASP como sendo o correto a ser dado, porém, foi negado

pelo Ministério do Planejamento alegando ser este inflacionário.

**Mais uma vez a "ilegalidade"**

Até 5ª feira (dia 6) a paralização já englobava 95% do funcionalismo, sem que o governo se propusesse a iniciar as negociações. Sentindo a força do movimento e possibilidade de vê-lo alastrar-se para outros estados, o ministro do Trabalho decretou a ilegalidade da greve, ameaçando, ainda, com uma intervenção na Federação e aplicação da LSN nos grevistas. Na assembléia realizada neste dia, o clima foi bastante acalorado, a Diretoria da FEGASPF defendia o fim do movimento, contra a vontade do plenário que decidiu pela sua manutenção na sexta-feira (dia 7) e volta ao trabalho nos dias 10 e 11, dando, assim, ao governo mais dois dias para protocolar negociações.

Na terça-feira (dia 11) o movimento já apresentava os frutos da relativa desmobilização causada pela volta temporária ao trabalho. A assembléia apresentava um número reduzido de pessoas que no encaminhamento dos trabalhos decidiram retornar à paralização na 4ª feira, visto que o governo não havia aceito o início de

negociações formais e ainda existia a possibilidade dos funcionários de São Paulo e Santa Catarina aderirem ao movimento grevista.

**Recuar, mas não desistir**

Na assembléia de 4ª feira demonstrou-se a impossibilidade de se manter a paralização, pois, as reuniões de funcionários de outros estados haviam optado por esperar a reunião convocada pela Confederação dos Funcionários Públicos para o dia 22 em Salvador, Bahia. E ficava cada vez mais clara a intenção da Diretoria do FEGASPF de dividir a categoria e retirar a entidade da cabeça da mobilização ao apontar a "infiltração no movimento de elementos estranhos ao funcionalismo com fins subversivos". Ao se decidirem pela volta ao trabalho, os barnabés gaúchos formaram uma Comissão de parlamentares opositores que iriam tentar articular uma reunião entre a FEGASPF com o ministro do DASP, e aguardar a reunião nacional do funcionalismo federal para assumir uma nova greve, esta, sim, de caráter nacional, pois apesar de derrotados momentaneamente, continuam a manter vivo o seu espírito de luta.

# Barragens no Rio Grande do Sul 2,5 milhões de pessoas ameaçadas de desapropriação

"O dilúvio das barragens" é o título do *Cadernos Terragente* de outubro passado, editado pelo Grupo de Estudos Agrários de Porto Alegre. Nas páginas desta edição um estudo detalhado dos planos do governo para inundar toda a região do Alto Uruguai e um levantamento da luta de resistência dos moradores e agricultores. Aqui, um resumo do artigo.

Nos próximos anos, serão construídas 25 barragens no Rio Uruguai: 22 nacionais na divisa com Santa Catarina e 3 binacionais, em conjunto com a Argentina. Com isso o Rio Grande do Sul terá milhares de hectares de terras férteis totalmente alagadas, que forçará a remoção de milhares de famílias, a perda de lavouras e benfeitorias, o alagamento de vilas inteiras, escolas, estradas, etc. Isso significa mais êxodo rural e milhares de pessoas sem emprego num estado onde o problema da terra se torna cada vez mais grave.

Quem vai construir as barragens no Rio Uruguai será a empresa Eletrosul (subsidiária) da Eletrobrás.

São 22 barragens, ao total e abrangem uma área de 75.300 Km<sup>2</sup> dos quais 46.300 Km<sup>2</sup> em Santa Catarina e os restantes no Rio Grande do Sul.

A população desta área, conforme dados de 1977, é de 2.500.000 de habitantes, predominando a população rural.

Duas destas barragens, a de Machadinho e de Itá, como tudo está a indicar, terão suas obras iniciadas brevemente.

A barragem de Machadinho, localizada entre os municípios de Marcelino Ramos — RS e de Piratuba — SC, no Rio Pelotas, atingirá 12 municípios gaúchos: Esmeralda, Barracão, São José do Ouro, Machadinho, Maximiliano de Almeida, Marcelino Ramos, Viadutos, Gaurama, Paim Filho, Sananduva, Getúlio Vargas e Tapejara e quatro catarinenses: Piratuba, Capinzal, Campos Novos e Anita Garibaldi. Sua altura será de 124 metros, inundando uma área, aproximada, de 1.080 colônias, ou perto de 28.050 ha, formando um lago de 270 Km<sup>2</sup>. Deverá desalojar, aproximadamente, 2 mil famílias ou algo em torno de 10.000 habitantes.

A barragem de Itá localizada no Rio Uruguai entre os municípios de Itá-SC e Aratiba-RS, atingirá 2 municípios catarinenses: Itá e Concórdia e 4 municípios gaúchos: Aratiba, Severiano de Almeida, Mariano Moro e Marcelino Ramos. Terá uma altura de 114 metros, formando um lago de 160 km<sup>2</sup>, atingindo perto de 640 colônias, 16 mil ha e desalojará 1.280 famílias, 6.400 habitantes.

Resumindo, estas duas barragens: — submergirão 1.720 colônias, isto é, 44.050 ha de terra altamente produtiva e densamente povoada;

— aproximadamente, 16.400 pessoas ou 3.280 famílias deverão sair destas regiões;

— a área indígena de Charuá, Getúlio Vargas sofrerá uma redução em função da construção da barragem de Machadinho;

— cidades e vilas, como Itá, em Santa Catarina, Carlos Gomes e Vila Mirim, no Rio Grande do Sul, serão totalmente submersas.

## Quem vai pagar as barragens?

Elas serão construídas com o dinheiro que o governo arrecada do povo brasileiro através dos impostos, (Imposto Territo-

## cadernos terragente

publicação do grupo de estudos agrários de porto alegre

maio 82 nº 10

PARA ONDE VÃO OS DESAPROPRIADOS?



## O dilúvio das barragens

rial Rural, ICM, FGTS, PIS, PASEP, etc.) e com dinheiro tomado emprestado de outros países, agravando assim nossa dívida externa.

Além disso, terão um custo econômico e natural muito grande. Com o alagamento de milhares de hectares de terras férteis, a economia dos municípios atingidos, e da região toda, vai sofrer grandes perdas. O município de Viadutos, por exemplo, perderá 30% de sua renda com a construção da barragem de Machadinho, pis terá alagada a região responsável por um terço de toda a sua produção de soja, milho, trigo, feijão preto e batatinha, além do suíno e do gado de leite e corte. Como este, há muitos outros exemplos que nos mostram que a produção de alimentos vai diminuir bastante nesta região.

A formação de ainda lagos do tamanho destas barragens vai aumentar a umidade de toda a região e, com a maior evaporação, formará neblina.

Uma grande perda será Tenente Portela: o Salto de Yucumã e a metade da última reserva florestal tropical do Estado, o Parque do Turvo, serão engolidos pelas águas da barragem do Roncador. Serão mais de 10 mil hectares alagados. Além disso, em Iraí, São Carlos e Marcelino Ramos, as fontes de águas termais também irão sumir.

E ainda há o perigo da poluição. Com a brutal mudança no escoamento das águas, vai haver a concentração da poluição que os rios, contaminados com o lixo industrial (principalmente das indústrias de celulose) trazem para o Rio Uruguai. Esta poluição concentrada certamente vai trazer danos aos animais e plantas aquáticas e pode até comprometer a qualidade destas águas.

Além de tudo isso, há o custo social que já conhecemos: expulsão de milhares de pessoas, desagregação de comunidades, etc... Mais uma vez, o povo trabalhador é quem paga o pato!

## Nasce a Comissão Nacional das Barragens

Provavelmente a oferta aos desapropriados vai ser a mesma já feita aos colonos sem-terra de Nova Ronda Alta (ex-acampados de Encruzilhada Natalino): ir para a Amazônia. O governo continua querendo mandar para o norte

os expulsos do sul pela concentração da terra e agora pelo "afogamento" da terra.

Em reação ao governo no dia 24 de março de 1980, em Concórdia (SC), houve um encontro reunindo 169 agricultores, Sindicatos de Trabalhadores Rurais de diversos municípios e a Comissão Pastoral da Terra. Do encontro saiu um "Manifesto dos Agricultores do Alto Uruguai Gaúcho e Catarinense sobre as Barragens". Manifesto que principia colocando o fato, seguindo-se de um levantamento de Interrogações e culminando numa tomada de posicionamento, nestes termos: I) Queremos participar das decisões; II) Queremos resguardar nossos valores; III) Queremos indenização justa para nossas terras; IV) Queremos uma solução comunitária; V) Queremos continuar fazendo parte de nosso povo.

Em seguida, no dia 05/08/80, em Marcelino Ramos, RS, agricultores da região a ser atingida, através de seus sindicatos, apoiados pelas Igrejas, CPT e outras entidades, reunem-se e decidem pela continuidade e ampliação de sua organização, até então provisória, constituindo a Comissão Nacional das Barragens.

A Comissão Regional das Barragens, coordenada por representantes de agricul-

municípios a serem atingidos, mais de 300 agricultores representando os companheiros de seus municípios, a Comissão Regional das Barragens, a Comissão Pastoral da Terra e a Comissão de Justiça e Paz. Do encontro saiu um documento retratando as conclusões que deverão ser discutidas nas comunidades por todos os atingidos e que serão enviadas às autoridades.

As reivindicações articulam-se num conjunto de oito pontos: 1) Exigir a demarcação de áreas atingidas de imediato; 2) Impedir o início das obras antes de definir os critérios; 3) Com relação às terras (terra por terra ou indenização em dinheiro); 4) Com relação às benfeitorias; 5) Com relação aos que não possuem terra; 6) Com relação ao jeito de negociar; 7) Permanência na propriedade; 8) Com relação aos estragos anteriores às obras. Todos estes pontos são subdivididos num detalhamento maior de vários itens.

## Atingidos e Eletrosul frente a frente

A pedido dos atingidos pelos projetos de Barragens na Bacia do Rio Uruguai, realizou-se, em Viadutos, no dia 14/04/82 um encontro entre os atingidos e a Eletrosul. Estavam presentes uns 350 atingidos e 6 representantes da empresa. Vinte e nove questões elaboradas pelos atingidos, que traduziam as preocupações dos mesmos foram entregues com antecedência à empresa, na esperança de que as respostas fossem as mais exatas possíveis. "Contudo, quem chegou com algumas questões que lhe preocupavam, voltou para casa com estas e outras. Pois, os representantes da empresa foram cautelosos nas respostas, "enrolando" e não deram margem à conclusões exatas", diz o relatório do encontro.

## Aprendendo com as lutas dos colonos de Itaipu

A Itaipu binacional usou de todos os meios e artimanhas possíveis (rádio, televisão, artistas, etc...) para vender a idéia de que a Itaipu era uma obra necessária e que os brasileiros deveriam se orgulhar dela. Diziam que iriam fazer justiça com os atingidos". Enfim, fizeram tudo direitinho para pegar os colonos desunidos e desorganizados. Daí se entende porque os colonos acordaram para a necessidade de se organizarem e lutarem por seus direitos depois que a empresa construtora da usina estava em campo desapropriando, indenizando e fazendo o que bem entendia. Mesmo assim o movimento "Justiça e Terra" nasceu e cresceu conseguindo significativamente vitórias, como o acordo coletivo com a empresa conseguido depois de 55 dias acampados às margens da Rodovia Transamericana, em Foz do Iguaçu.

Algumas das promessas não foram cumpridas, outras, cumpridas em parte e, a maioria, cumpridas integralmente. Por isso o movimento Justiça e Terra aprendeu a ficar sempre vigilante para que as promessas fossem cumpridas e ampliar suas reivindicações.

## 6ª ROMARIA DA TERRA



ÁGUAS PARA A VIDA NÃO PARA A MORTE

tores dos dois Estados (RS e SC), Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos Municípios a serem atingidos pela construção das barragens na bacia do Rio Uruguai, Dioceses de Chapecó, Erechim, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Comissão Pastoral da Terra (RS e SC) com Assessoramento da Fundação Alto Uruguai para a Pesquisa e o Ensino Superior e outras entidades tem como função: 1) Proporcionar a todos os agricultores a oportunidade de se encontrarem, discutir seus problemas, se organizarem e pensar o que fazer diante do problema das barragens; 2) Acompanhar os atingidos nas diversas atividades de construção das barragens; 3) Fornecer elementos para uma análise científica do ponto de vista econômico, político e social das consequências e implicações que surgirão com as barragens; 4) Zelar para que se pratique a justiça; 5) Ser um ponto de apoio e de serviço aos agricultores e demais atingidos.

No dia 7 de agosto de 1981 reuniram-se em Marcelino Ramos representantes de 17 sindicatos de trabalhadores rurais dos

# UNE CONEG aprova Seminário Nacional

As resoluções do XII CONEG realizado nos dias 28, 29 e 30 de Janeiro em Goiânia

A reunião do Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG), realizada nos dias 28, 29 e 30 de janeiro, em Goiânia, refletiu a situação em que se encontra o movimento estudantil. Contando com a participação de somente 54 entidades e com uma pobre discussão este CONEG evidenciou, de um lado, o que o movimento acumulou no semestre passado, e de outro, a crescente defasagem entre as instâncias gerais da UNE e os estudantes.

Após um massivo processo de mobilizações nas Federais, no início do ano passado, em que a maioria dos estudantes havia manifestado a necessidade de modificações, o Congresso da UNE foi incapaz de apontar uma política alternativa para o movimento. Sem possibilidades imediatas de superação da crise que em cada universidade significava a reprodução de mais derrotas, o sentimento de impotência dos estudantes crescia. O descrédito já existente em relação à "superestrutura" do movimento se aprofundava ainda mais. O Congresso da UNE havia sido a gota d'água: ao não alterar nada, colocou a total falta de perspectivas para o movimento. De lá pra cá a maioria dos estudantes se manteve imobilizada, excetuando algumas lutas localizadas. As entidades, de uma forma geral, ficaram ainda mais esvaziadas e paralisadas. A nível nacional o movimento foi incapaz de apoiar, com a força necessária, a mobilização dos professores e funcionários se limitando ao esforço dos estudantes de algumas universidades.

Chegamos no CONEG com este saldo político, com os estudantes em férias e conseqüentemente sem nenhum processo de mobilização em curso. As discussões repetiram a mesma dinâmica de outros CONEGs, em que a maior parte do tempo é ocupada com questões secundárias, discursos repetitivos, declarações de voto, etc. Não é difícil imaginar o esvaziamento político do debate e sua pouca utilidade para resolver os problemas dos estudantes. Em meio a esta situação, a principal novidade que apresentava este CONEG era a discussão sobre a proposta de



realização de um Seminário Nacional dos estudantes, professores e funcionários, sobre a universidade brasileira. Este acabou sendo o último ponto de pauta. A discussão iniciou pelo ponto de Conjuntura Nacional, e depois seguiu com o ponto de lutas imediatas nas escolas pagas e federais.

A alteração da correlação de forças no interior da diretoria da UNE (agora os porta-vozes do jornal *Voz da Unidade* são a força majoritária) aumentou os atritos entre as forças hoje hegemônicas nestas instâncias, desfazendo em alguns momentos o compacto bloco reformista que se encontra a frente da UNE. Mesmo não sendo majoritária no CONEG, a oposição (Centelha, Caminhando, e outros diretores de entidades que tiveram atuação destacada) teve algumas de suas propostas aprovadas, aproveitando as brechas abertas pela diretoria, ou seja, a sua falta de política e de unidade.

No primeiro ponto de vista, foi aprovada a resolução da diretoria da UNE que defendia o "apoio aos governos de oposição", mas que não incluía a participação da UNE nos Conselhos Estaduais de Educação, ao contrário do que originalmente havia sido proposto. Na votação das bandeiras de luta, no

entanto, a proposta da diretoria da UNE obteve apenas 13 votos, contra 36 da proposta da oposição (e dos companheiros do jornal *Tribuna da Luta Operária*) que aponta para um enfrentamento da ditadura, apoio aos trabalhadores contra a recessão, combate à conciliação com o regime, não pagamento da dívida externa, etc.

No ponto seguinte, a oposição foi derrotada na velha discussão sobre o índice para as particulares, mas foi vitoriosa (juntamente com a UPE e DCEs do Paraná) por dois votos na proposta para as Federais que indicava a luta contra o corte de verbas, pela suplementação, contra a portaria 03 do MEC, por nenhum aumento nos preços dos Restaurantes Universitários, e por eleições diretas para todos os cargos de direção das universidades.

Foi na última discussão, no entanto, em que se colocou o maior saldo político deste CONEG. A diretoria da UNE (parte majoritária) estava propondo a realização de um Seminário diluído enquanto palco de discussão, que fosse um grande evento em que os estudantes cumprissem um papel de meros espectadores dos inúmeros palestrantes que seriam convi-

dados. Os porta-vozes do jornal *Tribuna da Luta Operária* estavam propondo um Seminário com uma função semelhante ao Congresso da UNE, que estivesse centrado na aprovação das reivindicações dos estudantes, e depois outro Seminário realizado conjuntamente com o restante da comunidade universitária, que também cumpriria o mesmo papel. As correntes Centelha e Caminhando defendiam a proposta de que o Seminário fosse conjunto com os outros dois setores da comunidade (professores e funcionários), precedido por seminários por escolas e por estados na medida do possível. A proposta vencedora (ver box) tem sem seu corpo geral a proposta defendida por Centelha e Caminhando, com um adendo dos porta-vozes do jornal *Tribuna da Luta Operária* (TLO) e diretores de entidades de oposição à diretoria da UNE que propunha uma reunião dos estudantes imediatamente anterior ao Seminário Conjunto.

Não obstante todas as limitações do XII CONEG enquanto instância deslocada do conjunto dos estudantes, a aprovação do Seminário Conjunto representa um importante passo numa busca da saída frente ao isolamento em que o ME se encontra hoje.

## PERSPECTIVA Internacional

### Perspectiva Internacional nº 5 Sairá no dia 28 de fevereiro

- Problemas do movimento sindical no Brasil
- A crise das ditaduras no Cone Sul: Argentina, Bolívia, Uruguai e Paraguai
- A política do imperialismo americano
- As lutas operárias nos EUA e no Canadá
- A social democracia, o movimento operário e a crise na Europa
- O movimento de mulheres frente a ofensiva de austeridade.
- A questão judaica hoje.
- A guerra no Líbano: virada na situação do Oriente Médio.

## Um seminário sobre a Universidade Brasileira

O esquema da proposta aprovada

### 01 — Objetivos:

a) Diagnosticar a crise da Universidade Brasileira e o papel que a Universidade tem na atual conjuntura do país;

b) Defesa da universidade pública, gratuita, democrática e autônoma;

c) Elaboração de uma proposta inicial que se contraponha ao projeto de reestruturação da universidade apresentado pelo MEC e avance uma resposta global à crise da Universidade Brasileira. Essa proposta inicial deve ser, posteriormente, encaminhada às instâncias de deliberação da UNE.

### 02 — Caráter:

Participação dos três setores da universidade (professores, funcionários e estudantes) através de

representação por delegação (cujos critérios serão definidos pela comissão organizadora) e paritário.

03 — Data e local: (indicativo à comissão organizadora)

Entre o período de junho a julho de 83 na cidade de São Paulo.

### 04 — Encaminhamentos:

a) A UNE orienta as entidades a realizarem seminários por escola e por estado, no sentido de prepararem a discussão para o seminário nacional;

b) Este XII CONEG organiza uma comissão de entidades gerais que colaborarão com a diretoria da UNE na organização do seminário, composta pelas seguintes entidades: DCE's — UFRJ, UFBA, UnB, USP, UNICAMP, UMC, PUC-SP. UEE's — RS, RJ e SP.

# El Salvador A nova ofensiva da Frente Farabundo Marti

*Em meio a sinais cada vez maiores da desagregação da ditadura e do exército salvadorenho, a FMLN lança uma nova ofensiva militar ocupando posições decisivas na luta.*

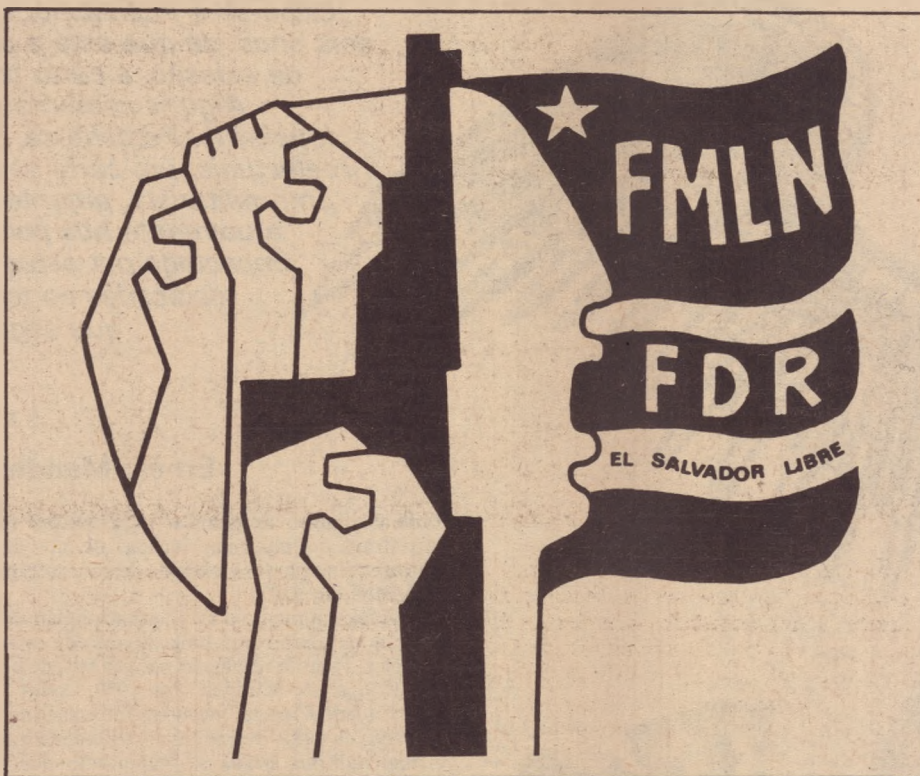
Por Júlio Tavares

A grande ofensiva, lançada pela Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional, no último dia 10, "Heróis Revolucionários de Janeiro", continua a se desenvolver nacionalmente e tem seu ponto mais alto no Departamento de Morazan, perto da fronteira com Honduras.

Meanguera é uma pequena vila com cerca de 9 mil habitantes que fica perto da capital de Morazan, San Francisco Gotera. Há vários dias nesta vila vem se travando uma das batalhas mais violentas e sangrentas de toda a guerra civil. O governo contra-revolucionário de San Salvador mandou para esta região cerca de um quarto de seu exército. Os resultados desta batalha tem importância estratégica. As forças da FMLN já ocuparam 18 vilas e cidades em torno de San Francisco Gotera. A conquista revolucionária da capital do Departamento de Morazan parece, ao que tudo indica, ser o objetivo mais importante nesta atual fase da luta. E a vitória em Meanguera aproximará enormemente disto. Mas é a conquista da capital que significará uma mudança importantíssima na dinâmica e na qualidade da guerra civil como um todo. Significará aprofundar de maneira nunca vista a desagregação do governo e do exército contra-revolucionário.

A atual ofensiva, com a ocupação de dezenas de vilas e cidades importantes, com ataques a El Salvador e a sua principal base militar (Ilopango) com a metade do país sem energia elétrica, com o domínio de grande parte das principais estradas do país, serviu para demonstrar claramente a situação real da nação, a impotência real do governo de San Salvador. E esta impotência não é devida à incapacidade militar apenas, mas sim fundamentalmente devida a sua desagregação política e moral, expressão maior da sua falta de bases sociais de apoio, do repúdio do povo salvadorenho. E isto não pode ser mudado apenas com a "ajuda" dos Estados Unidos, seja dos seus 200 milhões de dólares, seja dos seus "conselheiros militares".

Há uma desagregação enorme no governo contra-revolucionário. O símbolo desta desagregação foi a "rebelião" do coronel Sgifrido Ochoa, no dia 8 passado. O coronel Ochoa é um dos militares salvadorenhos mais sanguinários. É um dos responsáveis pelo assassinato, em 79, do bispo de San Salvador, Dom Oscar Romero. É um dos dirigentes dos grupos paramilitares, esquadrões da morte, que vitimaram centenas e centenas de pessoas. Este coronel é um dos homens de confiança do governo norte americano e um dos principais aliados do ex-major Roberto D'Aubisson, que é um fascista assassino e presidente da atual Assembleia Constituinte salvadorenha. Pois bem, este coronel não aceitou a ordem do ministro de Defesa, General Guilherme Garcia, para que ele fosse ser adido militar no Uruguai, e fez "uma rebelião". Fez um "levante" do destacamento Cobra que dirigia. Um destacamento armado e preparado pelos Estados Unidos. Esta "rebelião" teve apoio de diversos outros chefes militares. Com isto o governo salvadorenho foi, mais uma vez, totalmente desmoralizado. Para superar este "impasse" foi resolvido que o coronel Ochoa fosse não para o Uruguai, mas para os



Estados Unidos, para fazer um curso no Colégio Militar em Washington.

É justamente este processo de desagregação do governo e do exército salvadorenho que o imperialismo norte-americano não pode conter. É parte da sua própria essência. Como o era também do governo e do exército titero dos Estados Unidos no Vietnam.

No Vietnam não bastou que o imperialismo mandasse dólares, armas o mesmo conselheiros militares. Os Estados Unidos tiveram de mandar cerca de 500 mil homens com os armamentos mais modernos e o apoio logístico dos mais perfeitos e amplos até então vistos. E só pode conter, e mesmo assim por poucos anos, o processo revolucionário. Como no Vietnam, em El Salvador se trata de uma guerra de libertação nacional, onde determina quem tiver o apoio massivo do povo, fundamentalmente. E isto, está mais que comprovado que não possui o governo contrarrevolucionário.

Um aspecto importantíssimo que é também semelhante ao Vietnam é que a vitória da revolução não depende apenas da luta interna, da luta em território salvadorenho. O principal sustentáculo do governo contra-revolucionário são os Estados Unidos. Sem este apoio ele cairia imediatamente. Na guerra do Vietnam as manifestações internas nos Estados Unidos tiveram uma importância muito grande. Os milhares de manifestantes, o boicote sistemático às convocações (houve mais de 2 milhões de jovens que não aceitaram a convocação) serviram para desgastar profundamente o imperialismo em sua própria casa. No caso salvadorenho isto também pode ter uma importância enorme. Só que neste caso existem diferenças muito importantes, uma das principais se deve ao fato de que os Estados Unidos não mandaram milhares de soldados para a guerra e portanto não vive, ainda, o mesmo impacto que viveu a guerra do Vietnam. Contudo já começa a se desenvolver um grande pro-

cesso de luta interna em apoio a revolução salvadorenha.

Quando foi votada a última "ajuda" de Reagan, foi realizada uma manifestação em frente do Departamento do Estado,

em Washington, contra esta "ajuda" em que se exigia a libertação dos nicaraguenses sequestrados pelos somozistas em Honduras (aliados da CIA) e informações sobre "desaparecidos" em El Salvador e em Guatemala. Nesta manifestação foram presas 145 pessoas. A luta não esmoreceu, contudo. Atualmente existem escritórios do movimento Comitês de Apoio à Revolução Salvadorenha em cerca de 300 cidades dos Estados Unidos, em plena campanha de ajuda material à revolução em curso, que se expressa principalmente na ajuda concreta à manutenção dos hospitais existentes nos territórios livres. E este processo efetivo de ajuda revolucionária à revolução em curso não fica restrito apenas aos Estados Unidos. Mundialmente a solidariedade proletária vai se fazendo mais ampla e mais massiva.

Os destinos da revolução salvadorenha não se decidem apenas em território salvadorenho. A solidariedade revolucionária efetiva mundial é parte desta luta. Os brasileiros, principalmente os petistas, têm um papel a jogar nesta luta. É parte da nossa luta anti-imperialista a ajuda concreta, efetiva, aos companheiros da FMLN. O primeiro passo deve ser o lançamento de uma verdadeira campanha de solidariedade com a FMLN por parte do PT, e de todos os que estão em acordo com esta proposta. Uma campanha massiva e nacional, que mobilize todos os setores democráticos possíveis.

## Argentina

### Figueiredo encoberta novos "desaparecimentos"

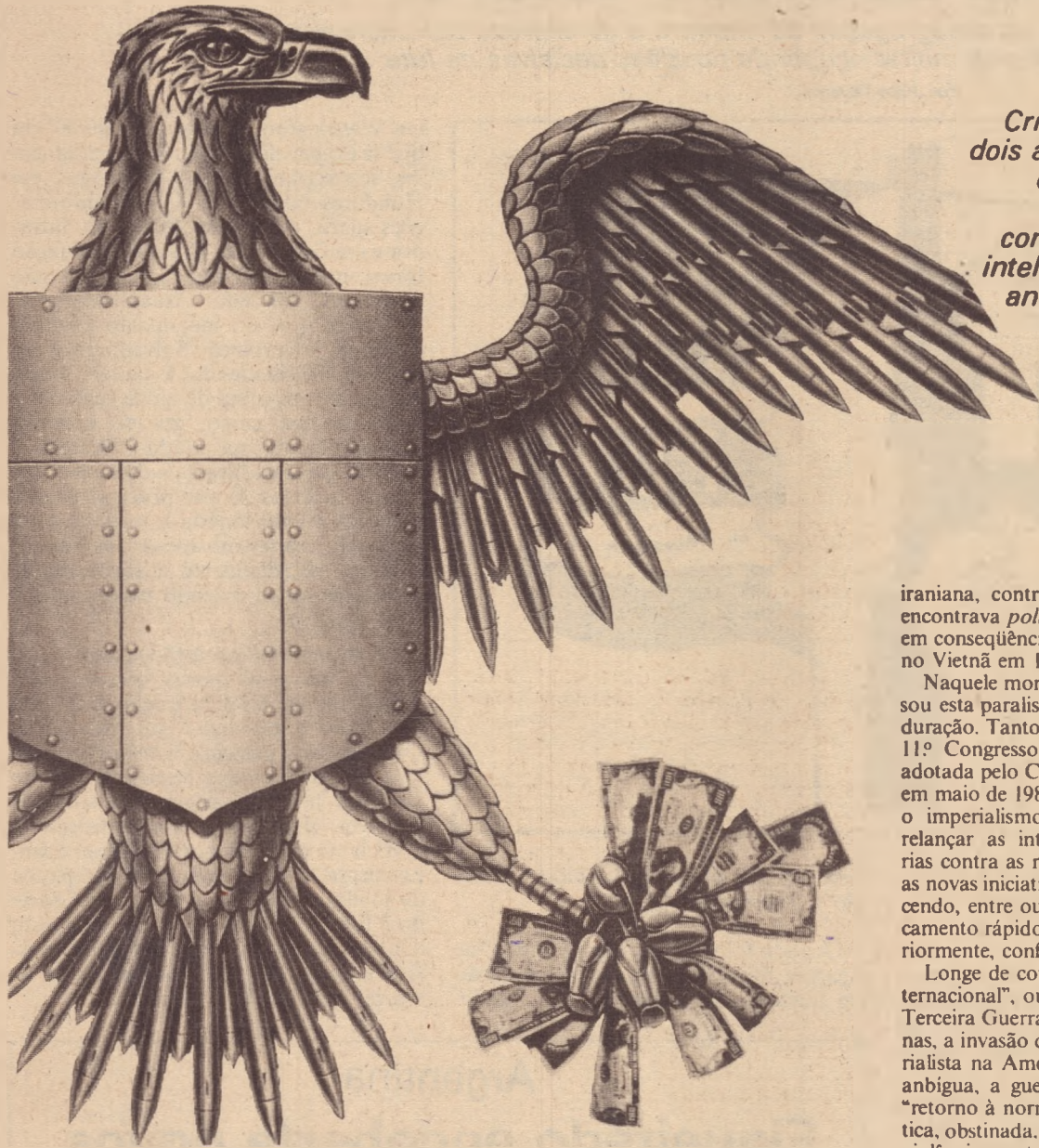
No dia 27 de janeiro o **Clamor** (Comitê de Defesa dos Direitos Humanos do Cone Sul) ligado à Arquidiocese de São Paulo, fez um apelo público ao presidente João Figueiredo e ao Itamarati para que divulgue, as informações disponíveis sobre a morte do argentino Ricardo René Haidar e de outra pessoa ainda não identificada, ocorrida em 16 de dezembro, no interior de um órgão de segurança argentino. Ricardo Haidar morava no Brasil há 7 meses com a esposa e 4 filhos. Viajou a Buenos Aires, em dezembro, e ficou de voltar antes do natal. Não mandando notícias, sua esposa viajou para os Estados Unidos, onde reside a mãe de Ricardo, Mercedes Haidar. No dia 7 de janeiro a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo recebeu um telegrama de dona Mercedes pedindo ajuda para encontrar o seu filho. Foi então mandada uma Comissão do Clamor para Buenos Aires para entrar em contato com os organismos de defesa humana e com a imprensa argentina. No dia 9 foi realizada uma conferência de imprensa na capital portenha onde foi denunciado que Ricardo e outra pessoa de identidade desconhecida foram mortos em um órgão de segurança argentino.

Sabe-se por uma publicação ligada ao serviço de informação argentina, **Prensa Confidencial**, que o ditador argentino general Bignone fez um relato destes fatos ao presidente Figueiredo no dia 13 de janeiro, durante um encontro em Foz do Iguaçu. O ditador Bignone acusa Ricardo Haidar de ser um dos dirigentes monto-

neros, organização da esquerda peronista. Sabe-se que o general Bignone deu estas explicações ao general Figueiredo devido a presença em território argentino da comissão do Clamor. O que mais escandaliza a todos nós brasileiros é o fato de que o presidente Figueiredo e o Itamarati têm informações sobre este caso e nada dizem. Escondem, de fato, as informações que pedem o Clamor e todos os democratas brasileiros. É necessário que o presidente Figueiredo dê estas informações. Trata-se de algo muito importante não só para a família de Ricardo, mas também para a família do morto até agora não identificado (e que pode ser até mesmo um brasileiro) e para toda a sociedade. Não podemos mais aceitar "desaparecidos". Não podemos mais aceitar este respaldo ao genocídio da juventude argentina. Figueiredo e o Itamarati ou dão as informações que dispõem sobre este caso ou são de fato coniventes com a ditadura argentina em mais este crime.

"O desaparecimento de pessoas por motivos políticos deve ser encarado como uma prática genocida, um delito contra a humanidade, um crime imprescritível, impondo a obrigação da colaboração internacional para a identificação de seus autores e a repulsa absoluta da morte presumida". É assim que começa o prefácio do dossiê "Desaparecidos en la Argentina", lançado dices atrás pela Arquidiocese de São Paulo. Nós estamos de acordo com isto. (Júlio Tavares)

# A ameaça de guerra e a luta pela paz



Temos que reconhecer que os acontecimentos favorecem, de certo modo, esta onde de pânico. Vimos coincidir, no mês de junho de 1982, a retomada da guerra entre o Irã e o Iraque com a guerra das Malvinas, os preparativos da invasão do Líbano por Israel, a escalada da intervenção estrangeira na guerra civil salvadorenha, sem falar das "pequenas guerras" mais ou menos esquecidas, como as do Tchad, da Eritreia, da Namíbia, do Sahara Ocidental, isto para não nos referirmos a guerra civil do Yemen, a guerra civil nunca encerrada em Angola e Moçambique...

Daí a concluir que a guerra esta a ponto de eclodir em escala mundial é apenas um passo, que alguns percorreram sem dar-se conta das implicações desta conclusão injustificada. Como se trata de uma questão de importância capital, temos todo interesse em não nos deixarmos envolver pelo pânico ou pela euforia, ambos profundamente irresponsáveis se levarmos em conta que o que está em jogo é, literalmente, a sobrevivência física da humanidade.

## Avanços da revolução mundial e guerras contra-revolucionárias

O imperialismo permanece, mais do que nunca, resoluto em opor sua violência contra-revolucionária a todos os avanços da revolução no mundo. Esta violência contra-revolucionária adquire a forma de intervenções armadas sistemáticas, disfarçadas algumas vezes na forma de "apoio" a um dos lados de uma guerra civil, outras vezes tomando a forma de uma intervenção estrangeira massiva sem maiores escrúpulos. Como o sistema imperialista mundial está envolvido por uma profunda crise de decomposição, como os focos revolucionários não deixaram nem deixam proliferar há já mais de meio século, o principal perigo de guerra provém da multiplicação destas intervenções estrangeiras contra as

revoluções em curso. A grande maioria das guerras foram, ao longo dos últimos decênios, guerras deste tipo. É o que ocorre hoje e o que ocorrerá amanhã.

Não se trata, portanto, de um fenômeno novo. De fato, desde a intervenção imperialista contra a Rússia Soviética em 1918-1922, cada *revolução vitoriosa* ou ameaça de vitória importante teve que enfrentar uma guerra estrangeira contra-revolucionária. Aqui podemos enumerar múltiplos exemplos, apenas para mencionarmos os mais importantes: a intervenção do imperialismo alemão contra a revolução finlandesa de 1918; a intervenção da Entente (França, Polônia, Tchecoslováquia, Iugoslávia, Romênia), que utilizou como ponta de lança a Romênia, contra República Soviética Húngara de Bela Kun em 1919; a intervenção de Hitler e Mussolini contra a revolução espanhola em 1936-1937; a intervenção britânica e norte-americana contra a revolução grega de 1944-1949; a intervenção imperialista contra a terceira revolução chinesa de 1946-1949; a primeira guerra da Indochina em 1945-1954; a intervenção imperialista contra a revolução coreana e chinesa em 1950-1953; a guerra imperialista contra a revolução argelina em 1954-1962; a intervenção imperialista contra a guerrilha na Malásia (1948-1960) e no Quênia (1952); a segunda guerra da Indochina em 1961-1975; a intervenção imperialista contra a revolução em Angola (1961), Moçambique (1964) e Guiné-Bissau (1971); as intervenções imperialistas e sionistas contra o Egito (1956, 1967); as repetidas intervenções imperialistas contra a revolução palestina (1969, 1970, 1975, 1976, 1978, 1981, 1982).

O fato novo não são as guerras contra-revolucionárias "localizadas"; elas são, na verdade, a regra. O fato novo foi a exceção que representam as revoluções nicaraguenses e

*Criou-se a impressão, em repetidas ocasiões nos últimos dois anos, de que está a ponto de materializar-se a ameaça de eclosão, a curto prazo, da Terceira Guerra Mundial.*

*Alguns comentaristas impressionistas tiraram esta conclusão. Percebe-se, principalmente em certos círculos intelectuais, um certo sentimento de pânico. O movimento anti-militarista, pujante e prometedor, que se desenvolve atualmente nos países imperialistas, foi parcialmente impactado por estes sentimentos. O número de obras dedicadas ao tema da terceira guerra mundial — que segundo alguns já teria começado — é incontável (1).*

## Ernest Mandel

iraniana, contra as quais o imperialismo se encontrava *politicamente* incapaz de intervir, em consequência dos efeitos da derrota sofrida no Vietnã em 1975.

Naquele momento a IV Internacional analisou esta paralisação como uma situação de curta duração. Tanto a resolução política votada no 11.º Congresso Mundial, em 1979, como a adotada pelo Comitê Executivo Internacional, em maio de 1981, indicaram corretamente que o imperialismo estava se preparando para relançar as intervenções contra-revolucionárias contra as revoluções em curso, ou contra as novas iniciativas anti-imperialistas, estabelecendo, entre outras medidas, a força de deslocamento rápido ianque. Esta análise foi, posteriormente, confirmada.

Longe de constituir uma "nova situação internacional", ou de conduzir-nos as portas da Terceira Guerra Mundial, a guerra das Malvinas, a invasão do Líbano, a intervenção imperialista na América Central e, de forma mais anígua, a guerra Irã-Iraque constituem um "retorno à norma", isto é, a tentativa sistemática, obstinada, do imperialismo de opor a sua violência contra-revolucionária a todo novo avanço da revolução, norma que se impõe desde quase 65 anos.

## Guerras contra-revolucionárias e guerra mundial

Muito diferente desta corrente quase ininterrupta de guerras localizadas que pontuam todo o período histórico aberto pela revolução russa — e que mostram a incapacidade do imperialismo de assegurar a paz da humanidade — são as duas guerras mundiais que eclodiram em 1914 e 1939. Ainda mais distinta desta corrente de conflitos seria forçosamente a Terceira Guerra Mundial.

Estas diferenças não são unicamente quantitativas. São qualitativas. Diferentemente das guerras contra-revolucionárias "localizadas", as guerras mundiais envolveram centenas de milhões de pessoas, causando um número proporcional de vítimas e destruições materiais, alterando assim a fundo o funcionamento da economia mundial, provocando um profundo retrocesso nas forças produtivas, na riqueza material acumulada pelo conjunto da humanidade e reduzindo, portanto, as bases de partida para a reconstrução socialista do mundo.

Esta diferença entre guerras contra-revolucionárias "localizadas" e uma guerra mundial tem suas raízes nas causas objetivas distintas destes fenômenos. As guerras contra-revolucionárias "localizadas" são *respostas conjunturais a avanços parciais da revolução*. A guerra mundial surge da crise estrutural do sistema, contra a qual constitui de certo modo um último recurso.

Evidentemente devemos precisar esta distinção. Os sucessivos avanços, ainda que parciais, da revolução são, eles próprios, a expressão da crise estrutural do sistema que termina gerando a guerra mundial. Mas se devemos matizar a

diferença qualitativa, nem por isso ela deixa de ser importante. As guerras contra-revolucionárias localizadas podem coincidir com fases de ascenso "pacífico" da economia capitalista. A guerra mundial só eclode quando uma greve depressão econômica parece impedir durante um longo período toda possibilidade de que se produza um novo auge pacífico da economia capitalista internacional. E as guerras contra-revolucionárias localizadas são, sobretudo, respostas a avanços pontuais da revolução, podendo coincidir, e geralmente coincidindo, com um ascenso do movimento de massas, que freia, ou inclusive paralisa, a marcha geral do imperialismo em direção a guerra.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial expressou, em contrapartida, de forma sintética, uma série de derrotas muito graves do movimento de massas em países-chaves para a luta de classes. A paralisação temporária do proletariado foi a resposta às iniciativas belicistas da burguesia. Em outras palavras, as guerras contra-revolucionárias "localizadas" acompanham aos avanços e as vitórias parciais da revolução mundial, enquanto a eclosão da Segunda Guerra Mundial expressou uma profunda derrota histórica da própria revolução.

## Armas nucleares e guerra mundial

O fato de que a Terceira Guerra Mundial seria, muito provavelmente, uma guerra nuclear, apenas ressalta ainda mais a importância desta distinção. Dá-lhe um peso ainda maior.

Seria absurdo absurdo e contrário aos principais elementos do materialismo histórico argumentar que a acumulação de um arsenal capaz de destruir pelo menos 20 vezes todo o gênero humano (2), não muda em "nada de fundamental" a "natureza da guerra mundial" e que esta colocaria ao proletariado mundial e aos revolucionários "problemas estratégicos e táticos idênticos" aos que se colocaram na Primeira e na Segunda Guerra Mundial.

Para construir a sociedade sem classes são necessárias forças produtivas humanas e técnicas consideráveis. Das cinzas nucleares não surgirá o socialismo mas um planeta coberto pelo mato e dominado por insetos ou, na "melhor" das hipóteses, uma sociedade humana bárbara, a partir da qual os sobreviventes do holocausto retomariam um penoso ascenso secular.

*Resulta daí que o objetivo estratégico do movimento operário e revolucionário deve ser o de impedir a guerra nuclear mundial e não o de "ganhar-la"* (independentemente do conteúdo que tenha esta fórmula). Para expressar este objetivo de maneira ainda mais precisa, devemos fazer com que todo progresso da revolução mundial paralise de forma crescente a capacidade do imperialismo intervir com armas nucleares e conduza progressivamente a seu desarmamento nuclear pela destruição de seu poder político.

Como precisam numerosos documentos de IV Internacional, *este desarmamento somente é possível do interior das fortalezas imperialistas que dispõem de armas nucleares e não do exterior*. Apenas o proletariado norte-

americano, francês, britânico, alemão e japonês pode desarmar as bombas nucleares, proibir para sempre a utilização (apoiados, neste sentido, pelo proletariado soviético e chinês).

### A realidade do "equilíbrio do terror"

O fato é que, apesar da acumulação, há já trinta anos, de um arsenal cada vez mais mortífero de armas nucleares, elas não foram até agora utilizadas, apesar da multiplicação das guerras "localizadas" e da utilização de armas "clássicas" cada vez mais sofisticadas e mortíferas. A razão desta diferença nos parece evidente.

Os que possuem armas nucleares e podem decidir sobre a sua utilização conhecem perfeitamente seu caráter suicida para o gênero humano. O "grande público" pode ser enganado com informes monstruosos sobre as "guerras nucleares" que "apenas custariam algumas centenas de milhões de mortos" e na qual "os que possuem abrigos nucleares sobreviverão", mas os poderosos do mundo não se deixam enganar.

Isto significa que a fabricação e a posse de armas nucleares por parte da União Soviética salvou, até agora, a humanidade do holocausto nuclear. Sem este "equilíbrio do terror", é praticamente certo que o imperialismo já tivesse utilizado armas atômicas contra os "voluntários chineses" na guerra da Coreia, contra as revoluções vietnamita e chinesa durante a segunda guerra da Indochina ou contra outras revoluções.

Acima da ditadura totalitária e contra-revolucionária da burocracia soviética, responsável em grande medida pela sobrevivência do imperialismo em escala mundial (e, conseqüentemente, indiretamente, pela própria existência do perigo nuclear), a existência do estado soviético como estado de natureza socialmente distinta dos estados imperialistas, como estado de uma sociedade que nenhuma lógica infernal empurra para o caminho do holocausto nuclear, adquire uma vez mais todo o seu significado contraditório para a realidade mundial de hoje, e confirma a justiça de sua definição marxista, por pouco que agrade a todos os seus detratores superficiais e inconstantes, que a definem como um estado de natureza igual aos EUA.

Quando afirmamos que o "equilíbrio do terror" impediu até agora a eclosão da guerra nuclear mundial, nos baseamos no instinto de conservação, no sentido físico do termo, das classes proprietárias, e particularmente, de seus representantes mais poderosos no interior do capital financeiro, do complexo militar-industrial e de seus dirigentes políticos. Esta gente forma a classe dominante mais rica que o mundo já conheceu. Imaginar que estão dispostos a sacrificar toda esta riqueza, todo este poder, por idéias abstratas ou principais como o "anti-comunismo", a "defesa da economia de mercado" (denominada "defesa da liberdade"), "o ódio à revolução", é equivocar-se de alto a baixo no que concerne às motivações e ao comportamento desta classe.

O que assistimos periodicamente é a uma chantagem nuclear que tende a *modificar marginalmente a relação de forças dentro do "equilíbrio do terror"*, não a uma tentativa suicida de utilizar as armas nucleares para reintroduzir o capitalismo no Este ou para modificar a relação de forças em escala mundial entre todas as forças imperialistas, de um lado, e o conjunto das forças não capitalistas (inclusive a URSS e a China), por outro. Além disso, esta é a terceira vez, desde a Segunda Guerra Mundial, que o imperialismo desencadeia uma retomada acelerada da corrida aos armamentos nucleares. Fez isto pela primeira vez durante a guerra da Coreia (1950-1953). Voltou a fazê-lo, pela segunda vez, no começo dos anos sessenta e pela terceira a partir do final dos anos setenta. Cada uma destas retomadas desembocou em uma nova tentativa de "distensão", isto é, uma confirmação do "equilíbrio do terror".

### Os limites do "equilíbrio do terror"

Mas se acreditamos que o "equilíbrio do terror" permitiu evitar até agora a utilização de armas nucleares — e conseqüentemente, através de sucessivas represálias e escaladas, a eclosão da Terceira Guerra Mundial — durante todo um período histórico, estamos simultaneamente convencidos de que as coisas não permanecerão assim. A razão da possível

mudança nos parece estar vinculada novamente a ampliação da crise estrutural que golpeia o sistema imperialista em escala mundial.

O que diferencial a atual retomada da corrida nuclear das dos anos cinqüenta e sessenta é que corresponde mais a *uma necessidade econômica intrínseca da economia imperialista*, vinculada a degradação a longo prazo da situação econômica do capitalismo. Nas condições de queda da taxa de lucro e de estancamento dos mercados "normais". A produção de armas se converte cada vez mais no "mercado de substituição" por excelência, que relança a acumulação de capital. Quando maior for o peso dos gastos militares na economia imperialista, tanto maior será a pressão para acentuar a austeridade e eliminar o "estado do bem-estar" em todas as suas formas, tanto mais será exacerbada a luta de classes, inclusive por objetivos imediatos e defensivos, e tanto mais a burguesia imperialista será estimulada a buscar também uma mudança de regime político em suas principais cidadelas.

Para que cheguem a direção das principais potências imperialistas equipes políticas dispostas a "solução final" para toda a humanidade é necessário que haja um clima econômico totalmente distinto, que as principais forças do grande capital se vejam literalmente encurraladas, exigem-se outras forças ideológicas, outra relação de forças entre as classes nestes países. É precisamente com o prolongamento de uma "onda depressiva" da economia capitalista intencional, com acentuação da ofensiva de austeridade e de militarização do capital internacional que aparecem progressivamente, nos bastidores e na beira do cenário, os personagens, as tendências e inclusive as forças políticas que encarnam a decisão de lutar até a morte, inclusive até o suicídio coletivo, para a glória da propriedade privada, da nação ou da raça, como o fizeram Hitler e Hideki Tojo (mas desta vez se tratará da morte nuclear).

Seria profundamente irresponsável descartar simplesmente a possibilidade semelhante "giro suicida" do pessoal dirigente do grande capital, uma vez ultrapassado determinado grau da crise estrutural do capitalismo declinante. Mas nosso destino, como seres humanos, não é só o de indivíduos que morrem inevitavelmente (que inclusive podem desaparecer como espécie se não dominam a tempo o seu destino social), mas de seres capazes de criar *uma nova ordem social mundial que torne impossível a guerra*. O que significa, em poucas palavras, a abolição da propriedade privada e do estado nacional soberano, a constituição de um poder mundial dos produtores (a Federação Socialista Mundial), que proíba a fabricação de toda a arma importante e disponha de meios de impor o respeito a esta proibição.

O "equilíbrio do terror" perde progressivamente a sua eficácia na medida em que se agrava tanto a depressão como a crise capitalista de larga duração, na medida em que se altera a *correlação de forças no interior das sociedades burguesas imperialistas*, na medida que se ampliam a austeridade e a remilitarização. Estes fenômenos estão estruturalmente vinculados entre si.

Dai deriva uma primeira conclusão fundamental: a possibilidade de que cheguem ou não ao poder grupos políticos burgueses dispostos a desencadear a guerra nuclear depende do resultado do conjunto das lutas econômicas e políticas nos próximos anos e decênios nos principais países imperialistas. Terão, antes de mais nada, que vencer o proletariado ocidental (e o movimento anti-imperialista dos países dependentes mais desenvolvidos) antes que possam apertar o botão do holocausto. Esta é a orientação que deve guiar os marxistas revolucionários, assim como o rumo de todos os que compreendem a gravidade do perigo nuclear.

Podemos também formular uma segunda conclusão fundamental: o destino da humanidade está sendo jogado numa corrida entre a capacidade do movimento operário internacional de tomar o poder nos principais bastões imperialistas — com todo debilitamento exterior evidentemente contribuindo para esta vitória, mas não podendo substituí-la — resolvendo a questão pelo avanço do socialismo, por um lado, e a tentativa do imperialismo de infligir a este movimento operário internacional uma série de derrotas decisivas, que deixará o campo aberto para a guerra nuclear. A ofensiva de austeridade e de remilitarização desembora, além disso, cedo ou tarde, em uma ofensiva que questiona o

fundamental das liberdades democráticas do movimento operário, o que por sua vez abriria a porta para uma mudança fundamental das equipes políticas imperialista.

O primeiro caminho implica o transcrescimento da revolução mundial de seu desenvolvimento fragmentário e empírico para um desenvolvimento universal e consciente. O segundo significa a derrota da revolução mundial. A primeira via salva o gênero humano, preserva as possibilidades de um renascimento da civilização no socialismo liberto da angústia da ameaça do holocausto nuclear. A segunda conduz eventualmente, para não dizermos provavelmente a este holocausto.

### A importância das mobilizações contra a guerra e anti-nucleares.

Na medida em que se amplia a ofensiva do capital em direção a austeridade, a remilitarização crescente e os ataques cada vez mais graves contra as conquistas sociais e políticas do proletariado nos países imperialistas — ao mesmo tempo que se aplicam golpes cada vez mais mortíferos e bárbaros contra a revolução colonial — o "equilíbrio do terror" perde uma parte de sua eficácia como principal obstáculo da marcha em direção a 3ª Guerra Mundial. E na mesma medida aumenta a importância do movimento contra a guerra (sobretudo contra guerra nuclear), que se desenvolve hoje nos principais países imperialistas e do qual a manifestação de primeiro de junho de 1982, em Nova Iorque, com mais de um milhão de participantes (a maior na história dos países imperialistas), não foi mais do que um aperitivo.

O que motiva este movimento não é o desejo imediato de derrubar o capitalismo, único responsável pela corrida nuclear, ou de apoiar a revolução em escala mundial, por mais que estas motivações estejam presentes em muitos participantes e os marxistas revolucionários devam propagar incansavelmente estas idéias e ampliar a sua influência no interior do movimento. O que motiva este movimento é fundamentalmente *o medo do holocausto nuclear, o instinto físico de conservação*. Dai a surpresa geral das massas alemãs, que tem um nível de consciência política bastante inferior ao das massas francesas e italianas, participando neste movimento com uma amplitude muito maior que seus irmãos e irmãs de classe dos países vizinhos. Isto porque elas estão convencidas de que toda a Alemanha será destruída nos primeiros dias de uma guerra nuclear e elas querem viver.

Em seu sentido mais geral, a luta contra a corrida nuclear e a ofensiva de remilitarização se integra com a luta contra a crise capitalista e contra o capitalismo em geral. *Ensina as amplas massa que não existem nenhuma fatalidade que conduza à 3ª Guerra Mundial, como não há nenhuma fatalidade que conduza a crise, aos 35 milhões de desempregados nos países imperialistas, a fome no terceiro mundo ou a tortura*. Os "cavaleiros do Apocalipse" podem ser detidos, desde que as massas, que os exploradores e oprimidos tomem as rédeas de seu destino em suas próprias mãos.

Nestas condições, é dever dos marxistas revolucionários lutar na primeira linha do movimento contra a guerra e contra as armas nucleares, atuar como os elementos unitários e federadores, arrastar o máximo de forças do movimento operário organizado e dos "movimentos sociais", seus aliados naturais; levar às ruas de todo o mundo milhões e milhões de pessoas. Se este movimento se estender e generalizar conheceremos um caminho oposto aos de 1913-4 e 1938-9. Em

ambas aquelas ocasiões a guerra sufocou a revolução. Desta vez, **a revolução impedirá a guerra**. Neste marco unitário defenderemos o conjunto de nosso programa, tanto em solidariedade com as revoluções em curso como com todas as vítimas das guerras contra-revolucionárias "locais" do imperialismo. Nós, marxistas revolucionários, não subordinamos a mobilização unitária ao debate ideológico, pois sabemos o impacto objetivo que terão frente às possibilidades da revolução mundial.

Neste mesmo sentido apoiamos resolutamente aos movimentos autônomos das massas contra a escalada armamentista na Alemanha Oriental e outros países do Leste europeu. Arrebatando à burguesia um de seus principais argumentos políticos para dividir o os movimentos contra a guerra no ocidente e frear seus ascenso, o movimento contra a escalada armamentista no Leste assesta um golpe ao imperialismo, mas ainda do que à burocracia. Ao reclamar o controle público e democrático das massas sobre a política militar e exterior, o movimento autônomo contra a guerra na Europa Oriental e URSS estimula a revolução política anti-burocrática, parte da revolução mundial e, portanto, da luta por salvar a humanidade da liquidação nuclear. Como acabam de demonstrar sucessivamente os avanços da revolução política e da contra-revolução na Polônia (3) acarretam conseqüências quase imediatas — positivas no primeiro caso, negativas no segundo — para a luta anti-imperialista e anti-capitalista à escala internacional.

Para nós, a causa da luta contra a guerra e da luta pelo socialismo é a mesma. Só um mundo socialista auto-gerido será um mundo sem armas. Os homens e mulheres deste planeta, uma vez compreendido o perigo que correm, decidirão coletivamente pelo fim da fabricação de armas de extermínio e criarão o único regime social capaz de fazer respeitar esta proibição.

Ao mesmo tempo estamos a favor de toda luta, de toda mobilização concreta, imediata, contra a atual retomada pelo imperialismo da corrida armamentista, e continuaremos a denunciar incessantemente a *ilusão histórica* de que é possível abolir as armas de extermínio sem destruir o sistema capitalista. Esta ilusão é da mesma ordem das dos anos 50 ou 60, segundo as quais seria possível impedir as crises econômicas sem abolir a dominação do capital. Corre o risco de conhecer também a mesma sorte, com um resultado mil vezes mais terrível para o gênero humano.

Do mesmo modo que a luta contra a remilitarização só pode alcançar toda a sua amplitude e, sobretudo, só pode obter a vitória, se conduzir a uma *solução anti-capitalista global*; arrebatando o poder econômico à burguesia. Não existe outra saída histórica à crise da humanidade — cuja corrida rumo ao suicídio nuclear é a expressão mais condensada — que a conquista do poder pelos trabalhadores e seu exercício à escala mundial, no marco da democracia socialista pluralista mais ampla, baseada na auto-gestão planejada dos produtores.

#### NOTAS

1) Citemos entre outras obras, a de um ex-presidente do EIA, Richard Nixon, intitulada "A Terceira Guerra Mundial já Começou", e a do antigo Chefe do Estado Maior do exército britânico, John Hackett, "A Terceira Guerra Mundial". Mencionamos também o celebre artigo de Edward Thompson — "Extinção, a última etapa da civilização", do simpósio "Extinção e guerra fria", publicado pela New Left Review.

2) Segundo o estudo "Comprehensive Study on Nuclear Weapons", submetido à Assembleia Geral da ONU em 1980, calculou-se que a explosão de 1000 ogivas nucleares de 1 Megaton contra os EUA e a URSS provocaria instantaneamente a morte de 150 a 200 milhões de pessoas, nos dois países. E atualmente já existem mais de 40.000 ogivas armazenadas em todo o mundo. Deve-se lembrar em conta também as perdas provocadas posteriormente pelos efeitos radioativos secundários, pela fome, contaminação, etc...

3) "Revolução política e contra-revolução na Polónia", resolução adotada pelo Comitê Executivo Internacional da IV Internacional, em 27 de maio de 1982. (ver Perspectiva Internacional n.º 4)

## EM TEMPO:

**Conselho Editorial:** Aloisio Marques, Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luiz Nadai, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Virginia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS n.º 9.149.

**EM TEMPO** é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo, CEP 05414 - Fone: 852-8880 - CGC. 46.093.549/0001-10.

**Sucursais:** Belo Horizonte: R. da Bahia, 1148 - 12º andar - Sala 1203; Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414 - Vitória - Caixa Postal 1427.

**Composição, montagem, fotolito e impressão:** Cia. Editora Joruês - Rua Arthur de Azevedo, 1977 - Fone: 212-5061.

# LEIA, ASSINE E DIVULGUE EM TEMPO!

Promoções especiais do 5º aniversário

**EM TEMPO, no seu 5º aniversário, promove:**

**PROMOÇÃO Nº 1:** Fazendo sua assinatura anual do EM TEMPO (Cr\$ 2.000,00) você ganha o caderno **Malvinas, contradições do capitalismo e revolução social** de Marcelo Zugadi.

**PROMOÇÃO Nº 2:** Fazendo sua assinatura anual do EM TEMPO conjunta com a revista **Perspectiva Internacional**, (Cr\$ 3.300,00), você ganha, além do caderno **Malvinas**, 5 edições históricas do EM TEMPO, escolhidas entre as listadas abaixo.

**PROMOÇÃO Nº 3:** Adquira a coleção completa do EM TEMPO, composta por 165 números, por apenas Cr\$ 7.000,00.

**PROMOÇÃO Nº 4:** Assinatura vitalícia do jornal. Você paga Cr\$ 20.000,00 uma vez e recebe seu EM TEMPO em casa, para sempre.

**PROMOÇÃO Nº 5:** Em cada 4 assinaturas do EM TEMPO ou da revista **Perspectiva Internacional** que você apresentar, leva a sua assinatura, no peito.

### Edições que marcaram época

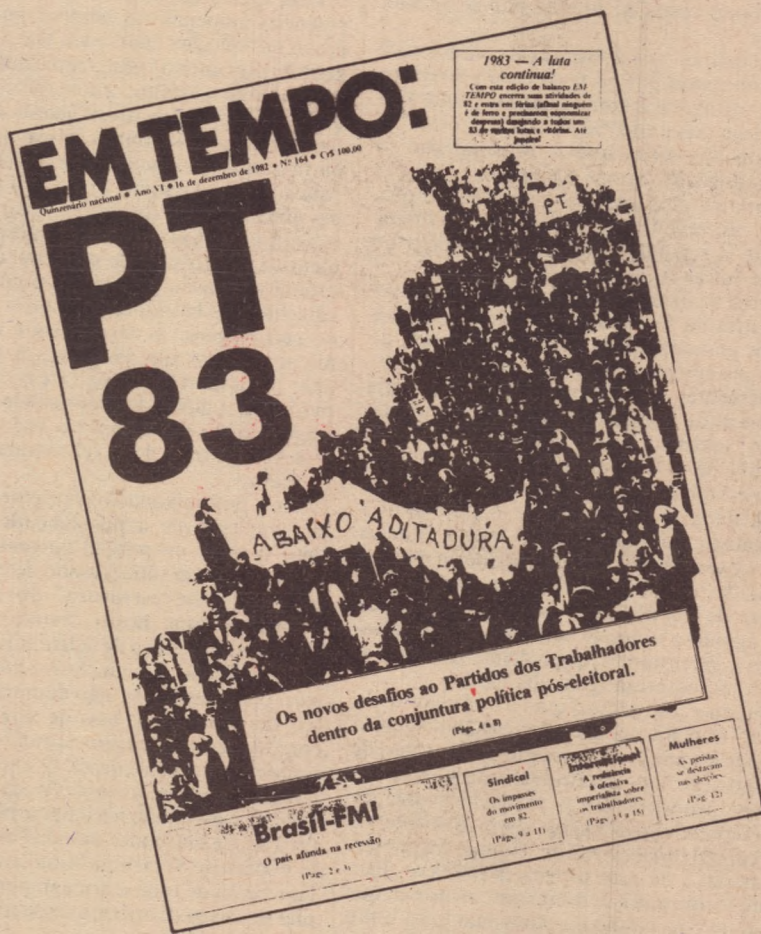
- 1) nº 3 "Luta pela anistia em todos os cantos"
- 2) nº 8 "Bombas contra a anistia"
- 3) nº 17 "Listão dos 233 torturadores"
- 4) nº 23 "Terror de direita continua impune"
- 5) nº 86 "O PT sai prá's ruas"
- 6) nº 102 "Greve no ABC"
- 7) nº 103 "Prestes exclusivo: porquê o PCB rachou"

- 8) nº 107 "Lula contra-ataca, agora o PT"
- 9) nº 130 "PT-200.000 filiados"
- 10) nº 141 "O PT e o socialismo"
- 11) nº 142 "Polônia-golpe da burocracia"
- 12) nº 147 "Íntegra da plataforma nacional do PT2"
- 13) nº 149 "Malvinas: o imperialismo ataca"
- 14) nº 155 "Nicarágua: festa e revolução"

- Promoção nº 1 — Cr\$ 2.000,00
  - Promoção nº 2 — Cr\$ 3.500,00
  - Promoção nº 3 — Cr\$ 1.800,00
  - Promoção nº 4 — Cr\$ 7.000,00
- (marque na lista com um X as edições escolhidas)

Nome: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
 Cidade: \_\_\_\_\_  
 Estado: \_\_\_\_\_

A Editora Aparte Ltda. • Rua Francisco Leitão, 57  
 • CEP 05414 • São Paulo • Assinatura anual Cr\$ 2.000,00



### Fique por dentro:

Livros da Editora Antídoto (Portugal) a preços especiais!

- A Luta pela Democracia Socialista na URSS. E. Mandel ..... 600,00
- Atualidade de Rosa Luxemburgo Norman Geras ..... 700,00
- Introdução ao Marxismo - E. Mandel .... 700,00
- Crítica ao Eurocomunismo - E. Mandel .. 700,00
- Da Comuna a Maio de 68 - E. Mandel .. 800,00
- Os estudantes, os intelectuais e a luta de classes - E. Mandel ..... 600,00
- Sobre o Fascismo - E. Mandel ..... 400,00
- Ser Mulher na URSS - Tamara Volkova / D. Bor ..... 600,00
- A Revolução Desfigurada - L. Trotsky ... 600,00
- A Revolução Traída - L. Trotsky ..... 900,00
- Programa de Transição - L. Trotsky ..... 600,00
- Questões do Modo de Vida - L. Trotsky . 600,00
- Lições de Outubro - L. Trotsky ..... 500,00
- Balanco e Perspectiva - L. Trotsky ..... 600,00

Pedidos para a Editora Aparte Ltda